



**Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN**  
**Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA**  
**Departamento de Políticas Públicas – DPP**  
**Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais – PPEUR**

**Paulo César do Nascimento**

**EMPREGADOS OU DESFILIADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO  
PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO**



**Natal – RN**

**2022**

PAULO CÉSAR DO NASCIMENTO

**EMPREGADOS OU DESFILIADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO  
PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como exigência para obtenção do título de mestre em Estudos Urbanos e Regionais, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Patrícia Dias Sales.

Natal – RN

2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Nascimento, Paulo César do.

Empregados ou desfiliaados? : um estudo sobre os egressos do Projeto Agente Jovem e o mercado de trabalho / Paulo César do Nascimento. - Natal, 2022.

115 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2022.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Patricia Dias Sales.

1. Projeto Agente Jovem - Dissertação. 2. Jovem adolescente - Dissertação. 3. Qualificação profissional - Dissertação. I. Sales, Ana Patricia Dias. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 364-78

**PAULO CÉSAR DO NASCIMENTO**

**EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO  
PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO**

Dissertação de Mestrado

**Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais/UFRN**

**Área: Dinâmicas Urbanas e Regionais e Políticas Públicas**

**Linha de Pesquisa: Estado e Políticas Públicas**

Aprovada em:

---

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Ana Patrícia Dias Sales (UFRN)**

**Orientadora**

---

**Profa. Dra. Zoraide Souza Pessoa (UFRN)**

**Examinadora (interna)**

---

**Prof. Dr. Francisco José de Lima Sales (UFERSA)**

**Examinador (externo à Instituição)**

A minha família, minha base, minha sustentação de vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais essa conquista e por tudo o que tem feito em minha vida.

Sem Deus nada serei!

Em especial, à professora Ana Patrícia Dias Sales, minha orientadora, por toda paciência, generosidade, incentivo e motivação.

Aos egressos do Projeto Agente Jovem da cidade de Riachuelo – RN, pelas contribuições tão importantes para esta pesquisa.

Aos colegas de turma, Paula Valéria, Andrea Peixoto, Pedro Santos, Ted Manassés, Cadmiel Mergulhão, Anna Elisa, Dayana Nunes, Ana Beatriz, Tainá Porto, Rochele Fiorini e Shesby André, pelo companheirismo, interação social e solidariedade durante as aulas presenciais e remotas.

Ao professor Richardson Leonardi Moura da Câmara, por todos os ensinamentos, aprendizado, compromisso e dedicação ao ato de aprender e ensinar.

Ao professor Francisco José de Lima Sales, pelas referências e contribuições acadêmicas sempre muito valorosas.

Ao professor José Willington Germano, por todo apoio, incentivo e generosidade.

À Coordenação e à Secretaria do Curso de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, pela sensibilidade e pela excelência na gestão.

E ainda, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta pesquisa fosse concluída.

## RESUMO

O estudo trata da política de qualificação profissional, o Projeto Agente Jovem, para a juventude em situação de vulnerabilidade, estado de pobreza e risco social. A problemática que se buscou responder foi a seguinte: Como se configurou o Projeto Agente Jovem no município de Riachuelo – RN? Sustenta-se como hipótese que os cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Projeto Agente Jovem aos adolescentes aprendizes em Riachuelo – RN, não contribuíram para que eles conquistassem um trabalho com registro na carteira profissional. O objetivo da investigação foi analisar o Projeto Agente Jovem no município de Riachuelo – RN enquanto uma política de qualificação profissional direcionada a jovens adolescentes vulnerabilizados. A pesquisa foi realizada na cidade de Riachuelo, município do Rio Grande do Norte, localizada a 86 km da capital, Natal, e tem a década do ano 2000 como referência inicial, uma vez que, foi no ano de 2001 que começaram os cursos profissionalizantes para adolescentes de faixa etária entre 15 a 17 anos que vivenciavam situações de vulnerabilidade e de risco social. A investigação se classifica como um estudo de caso e se embasa em dados primários, oriundos da realização de 125 entrevistas semiestruturadas junto aos egressos do projeto, como também em informações secundárias extraídas do arquivo dos registros do Guia de Orientações para Gestores do Projeto Agente Jovem, dos prontuários, dos relatórios, dos questionários e dos requerimentos de matrícula da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Ação Social (SEMTAS) da cidade de Riachuelo – RN, órgão responsável pela formação dos adolescentes inscritos no projeto; além de uma vasta bibliografia que se alinha à temática da qualificação profissional e do mercado de trabalho. A partir dos relatos dos egressos do Projeto, constatou-se que a maioria vivencia o sub-emprego e a informalidade, estão distanciados do emprego regular e formal.

**Palavras-chave:** Projeto Agente Jovem. Jovem adolescente. Qualificação profissional.

## ABSTRACT

The study deals with the professional qualification policy, the Agente Jovem Project, for youth in situations of vulnerability, poverty and social risk. The problem that we sought to answer was the following: How was the Agente Jovem Project configured in the municipality of Riachuelo – RN? It is hypothesized that the professional qualification courses offered by the Agente Jovem Project to adolescent apprentices in Riachuelo – RN, did not contribute to their getting a job with a professional record. The objective of the investigation was to analyze the Agente Jovem Project in the city of Riachuelo – RN, as a professional qualification policy aimed at vulnerable young teenagers. The research was developed in the city of Riachuelo, municipality of Rio Grande do Norte, located 86 km from the capital Natal, and has the decade of the year 2000 as an initial reference, since, in 2001, the professional courses began for teenagers aged between 15 and 17 years who were experiencing situations of vulnerability and social risk. The investigation is classified as a case study and is based on primary data, derived from the realization of 125 semi-structured interviews with project graduates, as well as secondary information extracted from the records of the Guidance Guide for Managers of the Agente Jovem Project, the medical records, reports, questionnaires and enrollment requirements of the Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTAS) of the city of Riachuelo – RN, the body responsible for training the teenagers enrolled in the project; in addition to a vast bibliography that aligns the theme of professional qualification and the job market. From the reports of the Project's graduates, it was found that the majority experience under-employment and informality, they are far from regular and formal employment.

**Keywords:** Young Agent Project. Young teenager. Professional qualification.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  
CND – Certidão Negativa de Débitos  
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador  
CSJ – Consórcio Social da Juventude  
DOU – Diário Oficial da União  
DRTS – Delegacia Regional do Trabalho  
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis  
FEAS – Fundo de Assistência Social  
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social  
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
OM – Organização Militar  
ONG – Organizações não governamentais  
PCJ – Projeto Consórcio da Juventude  
PNPE – Programa Nacional do Primeiro Emprego  
PNQSP – Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional  
PROCON – Política Nacional das Relações de Consumo  
PROJER – Projeto Jovem Empreendedor  
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SEAS – Secretaria de Assistência Social  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SELOM – Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia  
SEMTHAS – Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social  
SINE – Sistema Nacional de Emprego  
SPTER – Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda  
SUS – Sistema Único de Saúde

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Tabela 1:</b> Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por cor/raça. ....                               | 71 |
| <b>Tabela 2:</b> Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por sexo... ..                                   | 71 |
| <b>Tabela 3:</b> Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por cumprimento de medidas socioeducativas. .... | 72 |
| <b>Tabela 4:</b> Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por localização. ....                            | 73 |
| <b>Tabela 5:</b> Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por faixa etária. ....                           | 73 |
| <b>Tabela 6:</b> Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por escolaridade. ....                           | 74 |

## SUMÁRIO

|              |  |           |
|--------------|--|-----------|
|              | <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>12</b> |
| <b>1</b>     | <b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE</b>                   | <b>14</b> |
| 1.1          | PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO            | 15        |
| <b>1.1.1</b> | <b>Aplicação dos recursos públicos</b>                       | <b>16</b> |
| 1.2          | PROJETO CENTRO DA JUVENTUDE                                  | 19        |
| 1.3          | PROJETO CONSÓRCIO SOCIAL E JUVENTUDE CIDADÃ                  | 23        |
| 1.4          | PROJETO JOVEM EMPREENDEDOR                                   | 27        |
| 1.5          | PROJETO SOLDADO-CIDADÃO                                      | 29        |
| <b>1.5.1</b> | <b>A estrutura</b>   | <b>32</b> |
| <b>1.5.2</b> | <b>Didática e metodologia</b>                                | <b>33</b> |
| 1.5.2.1      | Cursos e oficinas  | 34        |
| <b>1.5.3</b> | <b>Programação dos conteúdos</b>                             | <b>35</b> |
| <b>1.5.4</b> | <b>O aquartelamento integrado</b>                            | <b>36</b> |
| <b>1.5.5</b> | <b>Avaliação e resultados</b>                                | <b>36</b> |
| 1.6          | PROJOVEM   | 36        |
| <b>2</b>     | <b>PROJETO AGENTE JOVEM: FOCOS E FINALIDADES</b>             | <b>40</b> |
| 2.1          | AS NORMAS  | 53        |
| 2.2          | TÉCNICAS, MÉTODOS E METODOLOGIAS                             | 56        |
| 2.3          | CAPACITAÇÃO DOS AGENTES                                      | 58        |
| <b>3</b>     | <b>AS NARRATIVAS DOS EGRESSOS E O PROJETO AGENTE JOVEM</b>   | <b>62</b> |
|              | <b>EM RIACHUELO – RN</b>                                     |           |
| 3.1          | EXCLUSÃO SOCIAL, DESEMPREGO E DESFILAMENTO                   | 64        |
| 3.2          | OS EGRESSOS DO PROJETO                                       | 68        |
| 3.3          | TRABALHO FORMAL E OS SONHOS DE APRENDIZ                      | 75        |
| 3.4          | RELATOS DOS EGRESSOS   | 76        |
| <b>4</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                  | <b>81</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS</b>   | <b>82</b> |
|              | <b>ANEXOS</b>  | <b>86</b> |
|              | ANEXO A – MODELO DE EDITAL DO PROJETO DE FORMAÇÃO DE AGENTES | 86        |

|  |            |
|--|------------|
| ANEXO B – MODELO DE FICHA CADASTRAL                  | 87         |
| ANEXO C – DADOS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL            | 89         |
| ANEXO D – PLANO DE AÇÃO                              | 91         |
| ANEXO E – INSTRUMENTAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO | 95         |
| <b>APÊNDICES</b>                                     | <b>100</b> |
| APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA                | 100        |
| APÊNDICE B – TERMOS DE AUTORIZAÇÃO                   | 101        |

## INTRODUÇÃO

Em meio ao universo de transformações que ocorreram na sociedade na transição do século XX para o XXI, assistiu-se um movimento de refluxo na esfera do trabalho, culminando no desemprego estrutural, nas perdas salariais, na destruição de habilidades profissionais e na acentuação da precarização do trabalho, vitimando homens, mulheres, crianças, velhos e, sobretudo, os jovens adolescentes.

Castel (1998) considera que a juventude foi a que mais ressentiu as consequências das mudanças operadas no âmbito do trabalho, tendo em vista a perda de sentido de futuro e o desemprego. No Brasil, a taxa de desemprego chegou a ser mais de duas vezes superior entre os jovens adolescentes quando comparada à taxa de desemprego para a população jovem adulta no final dos anos 1990. Logo, identifica-se uma dívida do governo federal em termos de políticas de qualificação profissional para o segmento juvenil.

Não sem razão, o Estado brasileiro aparece como ator social com ações de políticas de qualificação profissional para a juventude em situação de vulnerabilidade e pobreza. Essas políticas surgem do reconhecimento dos efeitos da desestruturação do mercado de trabalho frente à conjuntura neoliberal. Logo, o governo passou a formular estratégias para a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio de curso de qualificação profissional. Destaca-se o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (BRASIL, 2000b).

No caso, este estudo trata da política de qualificação profissional, o Projeto Agente Jovem, para a juventude em situação de vulnerabilidade, estado de pobreza e risco social. A problemática que se buscou responder foi a seguinte: Como se configurou o Projeto Agente Jovem no município de Riachuelo – RN? Sustenta-se como hipótese que os cursos de qualificação profissional oferecidos pelo Projeto Agente Jovem aos adolescentes aprendizes do município de Riachuelo – RN, não contribuíram para que eles conquistassem um trabalho com registro na carteira profissional.

O objetivo geral da investigação foi analisar o Projeto Agente Jovem no município de Riachuelo – RN, enquanto política de qualificação profissional direcionada a jovens adolescentes vulnerabilizados. Como meio de responder a pergunta acima, tomou-se como objetivos específicos: 1) Apresentar as políticas de qualificação profissional para a juventude vulnerável, pobre e de risco social existente no Brasil no período de 2001 a 2005; 2) Demarcar o histórico do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; e 3) Descrever a aplicação do Projeto Agente Jovem na cidade de Riachuelo – RN.

A pesquisa se desenvolveu na cidade de Riachuelo, município do Rio Grande do Norte, localizada a 86 km da capital, Natal, e tem a década do ano 2000 como referência inicial, pois foi no ano de 2001 que começaram os cursos profissionalizantes para adolescentes de faixa etária entre 15 a 17 anos que vivenciavam situações de vulnerabilidade e de risco social.

A investigação se classifica como um estudo de caso, e se embasa em dados primários, oriundos da realização de 125 entrevistas semiestruturadas junto aos egressos do projeto, como também em informações secundárias extraídas do arquivo dos registros do Guia de Orientações para Gestores do Projeto Agente Jovem, dos prontuários, dos relatórios, dos questionários e dos requerimentos de matrícula da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Ação Social (SEMTAS) da cidade de Riachuelo – RN, órgão responsável pela formação dos adolescentes inscritos no projeto; além de uma vasta bibliografia que se alinha à temática da qualificação profissional e do mercado de trabalho.

Para efeito da sistematização desta dissertação, além da introdução e das considerações finais, compõe-se de três capítulos.

O primeiro capítulo trata das principais políticas de qualificação profissional voltadas para a juventude brasileira que vivenciou o estado de vulnerabilidade, pobreza e risco social durante os anos de 2001 a 2005.

No segundo capítulo, apresenta-se o histórico do Projeto Agente Jovem, destacando-se seus objetivos, métodos e metodologias.

No terceiro capítulo, demarca-se a aplicação do Agente Jovem em Riachuelo – RN. Na oportunidade, traz-se as narrativas dos egressos do Projeto no sentido de demarcar o lugar que passaram a ocupar no mercado de trabalho após a qualificação recebida. Por fim, apresenta-se as principais inferências que o estudo alcançou.

## 1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Neste capítulo, são apresentadas as principais políticas de qualificação profissional voltadas para a juventude brasileira que vivenciou o estado de vulnerabilidade, pobreza e risco social durante os anos de 2001 a 2005.

No Estado brasileiro, durante o período de 2001 a 2005, iniciou-se um ciclo de políticas públicas voltadas para a qualificação profissional de jovens adolescentes em estado de vulnerabilidade, pobreza e risco social com iniciativas dos governos federal, estadual e municipal, no intuito de criar oportunidades de emprego para essa juventude em meio aos reflexos das metamorfoses que sofreu o mercado de trabalho.

Para Frigotto (2017), todas as mudanças ocorridas na organização e reorganização da gestão do trabalho, nas exigências prioritárias aos trabalhadores e na forma do oferecimento dos bens públicos, ocorreram de forma centralizada e com aspectos assistencialistas, trazendo significativas transformações no setor da educação, especialmente na educação profissional, com vistas a oferecer capacitação profissional adequada ao novo modelo econômico neoliberal.

A capacitação profissional ofertada pelos projetos e programas brasileiros criados, principalmente, pela iniciativa do governo federal, para qualificar profissionalmente jovens adolescentes vulneráveis, pobres e do risco social, desde o final do século XX, tinha como objetivo elevar os índices de escolaridade<sup>1</sup> dessa juventude e oportunizar sua participação no processo de seleção do mercado de trabalho formal (BRASIL, 2000b).

A temática em evidência, qualificação profissional, se correlacionou com as novas exigências: competências e habilidades, consideradas metamorfoses, para o mercado de trabalho formal da década de 2000, oriundas dos reflexos da política neoliberal brasileira e do processo de globalização na sociedade do trabalho.

De acordo com Pochmann (2012, p. 48), o ato de introduzir as medidas de corte neoliberal terminou atingindo o quadro geral do desemprego no Brasil pelo aumento das demissões, que contribuiu com o deslocamento da responsabilidade do Estado enquanto governo para com os indivíduos. Por conta disso,

cabe uma ampla reformulação das políticas de emprego, uma vez que o corte de recursos públicos na área do trabalho, acompanhado da flexibilização do mercado de trabalho e da desregulação das políticas públicas do trabalho, somente fragilizou ainda mais a condição deste mesmo trabalho.

---

<sup>1</sup> Ver Censo Escolar 2002 (Ministério da Educação).

Contudo, apresentaremos um programa e seis projetos governamentais, que melhor se apresentaram no cenário da qualificação profissional no Brasil, no sentido de abrangência, eficácia e eficiência das políticas públicas de aperfeiçoamento para o processo de capacitação profissional para estes empobrecidos, desempregados e principalmente vulneráveis no segmento da juventude brasileira dos anos 2000.

### 1.1 PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO

Um dos principais programas criados especificamente para a juventude no Brasil durante os anos 2000, foi o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), depois de dois adiamentos e de mudanças no programa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT e o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, lançaram o Programa Primeiro Emprego – PPE, que pretendiam colocar em postos de trabalho 260 mil jovens até o final do ano de 2003 com base na Lei nº 10.748, de 22 de outubro do ano supracitado, e outros 190 mil até meados de 2004.

O PNPE tinha como objetivo promover a criação de postos de trabalho para jovens adolescentes ou prepará-los para o mercado de trabalho, por meio de ações de qualificação, ocupações alternativas e inclusão social, através de várias linhas de ação: subvenção econômica, consórcios sociais da juventude, juventude cidadã, empreendedorismo e responsabilidade social, além de ações de reformulação da aprendizagem (BRASIL, 2003).

Os serviços e ações dessa política pública foram arquitetados e organizados, todos em conjunto, como uma combinação de movimentos para a implementação da geração de vagas de inserção de jovens adolescentes no mercado de trabalho, intermediação de mão de obra, qualificação e preparação para o trabalho. Tudo isso considerando os estímulos e as formas alternativas de geração de trabalho e renda desenvolvida pela política tucana no Brasil (CUNHA, 2006).

De acordo com o formato de origem, o público-alvo do programa (BRASIL, 2003) era formado por jovens de 16 a 24 anos, em situação de desemprego involuntário, que atendessem aos seguintes critérios de elegibilidade:

- a) não tivessem tido vínculo empregatício formal anterior;
- b) fossem membros de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo;
- c) estivessem matriculados e frequentando regularmente estabelecimentos de ensino fundamental ou médio, ou cursos de educação de jovens e adultos. Incluía a diretriz de atender



prioritariamente os jovens inscritos no Sistema Público de Emprego, por meio do Sistema Nacional de Emprego.

Quatro anos depois de pleno funcionamento, foram introduzidas alterações (através da Lei nº 10.940, de 27 de agosto de 2004), nos critérios de elegibilidade do programa: no cálculo da renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, deveriam ser consideradas as subvenções de programas congêneres e similares, o que indicava um esforço de integração das políticas públicas desde o início dos anos 2000.

Tendo em vista a baixa execução da linha de subvenção econômica, foi ampliado o critério de escolaridade para abarcar aqueles jovens adolescentes que já haviam concluído o ensino médio, com a ressalva de que 70% dos empregos criados no âmbito do PNPE deveriam ser preenchidos ou destinados a jovens que não tivessem concluído o ensino médio (OLIVEIRA, 2013).

Contudo, percebe-se que o PNPE foi concebido e implementado no início de uma nova administração do governo federal, que buscava reestruturar o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (SPTER). Essa reestruturação incluía a incorporação de novos conteúdos e programas, em especial políticas para novos públicos específicos, como os trabalhadores jovens e aqueles da economia solidária, com o objetivo de dar conta das novas realidades do mundo do trabalho.

O contexto supracitado contribuiu para que a formulação e o início da implementação do Programa Primeiro Emprego fossem acelerados, assim como para que suas metas fossem fixadas em um patamar bastante elevado (SILVA, 2009), o que exigiu dos entes federados analisar o gerenciamento dos recursos aplicados no Programa.

### **1.1.1 Aplicação dos recursos públicos**

Para entendermos o que foi chamado de subvenção econômica, ou a aplicação dos recursos sem retorno aos cofres públicos, foi definida como o eixo principal do PNPE a forma de um subsídio de seis parcelas bimestrais de R\$ 200,00 (equivalente a 83% do valor do salário mínimo), totalizando R\$ 1.200,00 (US\$ 391) por jovem adolescente contratado, em empresas com faturamento anual de até R\$ 1,2 milhão (US\$ 391 mil).

Para empresas com faturamento anual superior a R\$ 1,2 milhão, o subsídio era de seis parcelas bimestrais de R\$ 100,00 (41,66% do salário mínimo), totalizando R\$ 600,00 (US\$ 195). Em 2004, com o intuito de melhorar e garantir o financiamento e a execução do programa,

o subsídio foi elevado para seis parcelas bimestrais de R\$ 250,00 (Conversão pela taxa média de câmbio do ano de 2003), equivalente a 96% do salário mínimo), totalizando R\$ 1,5 mil (US\$ 512), para qualquer porte de empresa.

Sobre o que redigia o contrato, inicialmente, deveria ser por prazo indeterminado e mantido por um período mínimo de 12 meses, sendo vedados os contratos de experiência por prazo determinado e para a realização de atividades domésticas como tipologia de trabalho no programa.

Durante o ano de 2004, foi permitida a contratação por prazo determinado, desde que por no mínimo de 12 meses (BRASIL, 2003), com o propósito de também melhorar a execução da linha de subvenção econômica desenvolvida pelo programa que seguia orientações governamentais criadas pelo seguimento econômico neoliberalista.

Em caso de rescisão do contrato de trabalho do jovem adolescente inscrito no PNPE, antes de um ano de sua vigência, o empregador poderia manter o posto criado, substituindo, em até 30 dias, o empregado dispensado por outro jovem adolescente que atendesse aos critérios de elegibilidade, não fazendo jus a novo benefício para o mesmo posto, mas somente às eventuais parcelas remanescentes da política pública em apreço.

Na situação da não substituição do jovem adolescente, o possível empregador deveria restituir as parcelas de subvenção recebidas, devidamente corrigidas e atualizadas. Uma outra alteração bem frequente e assídua no programa, visando melhorar sua execução operacional, deu-se na flexibilização ou relativização do encaminhamento dos jovens adolescentes, por ordem cronológica de inscrição no SINE; foram introduzidos critérios relativos à proximidade entre o local de trabalho e o local de residência do pleiteante à vaga, assim como em relação às suas habilidades profissionais.

É muito importante considerar que todo programa de subsídio ao emprego, destinado a determinado grupo, criava pelo menos dois riscos: o primeiro registrava a substituição de trabalhadores regulares, ou não subsidiados por empregados subsidiados, e o segundo, chamado *peso morto*, referia-se, ao pagamento do subsídio para trabalhadores que seriam contratados mesmo sem a existência do subsídio financeiro.

Conhecendo todos os riscos presentes na ação pública acima referida, o PNPE, desde o início, tinha conhecimentos prévios capazes de gerar medidas que evitassem ou diminuíssem um possível descontrole nas contratações, tendo em vista que se referia também à possibilidade de substituição de trabalhadores adultos por jovens adolescentes com emprego subsidiado.

Sobre o número de jovens com emprego subsidiado, foi delimitado de acordo com o porte organizacional e financeiro da empresa: uma contratação subsidiada por empresa com até

quatro empregados; duas por empresa, com cinco a dez postos de emprego; e 20% do quadro de empresas com mais de 10 (dez) prestadores de serviços.

Além dessa realidade, os empregadores deveriam manter, enquanto durasse o vínculo empregatício dos jovens do PNPE, um número médio de empregados igual ou superior ao de empregos existentes antes da sua contratação.

No ano de 2004, essa medida restritiva foi execrada, mas foi estabelecido que o órgão de fomento ficaria responsável pelo monitoramento da movimentação do quadro de empregados das empresas que recebiam o subsídio, de modo a evitar a substituição de trabalhadores regulares por jovens adolescentes beneficiados.

As possíveis empresas que tivessem rotatividade acima da média do setor, na região, teriam o benefício suspenso. Apesar das mudanças efetuadas em 2004, a ação de subvenção permaneceu com baixo patamar de execução até 2007, quando foi regularmente extinta por decisão dos executores.

A execução dessa linha foi fundamental para responder a reestruturação das políticas direcionadas para a juventude, promovida pelo governo federal em 2005, o que significou uma drástica mudança de ênfase das ações do lado da demanda para ações do lado da oferta no mercado de trabalho, e em especial aquelas apontadas para a elevação do nível de escolaridade e da qualificação profissional no processo de ensino-aprendizagem.

Uma possível hipótese aventada para explicar a reduzida execução do programa foi a baixa qualificação dos jovens do PNPE, pois era um fator bem mais restritivo à sua inserção laboral do que os custos de contratação. Mas não está no escopo da relevância deste estudo uma avaliação descritiva, mais profunda, sobre as razões que explicam a baixa execução do direcionamento da subvenção econômica discutida, se há problemas no desenho do programa, na implementação operacional ou nas duas situações.

Para Cunha (2006), uma legítima análise pormenorizada requer que, por mais que aconteça o desinteresse por parte das empresas, a ausência de ferramentas operacionais bem mais sólidas pode ter sido decisiva para prejudicar a eficácia da ação pública. Isso se deve ao fato de se registrar o caso das pequenas e médias empresas, que demonstravam interesse em aderir ao programa, ou até já haviam optado por contratar algum jovem adolescente e queriam contratar muitos outros, mas os obstáculos da burocracia presente na política neoliberal brasileira não permitiram.

Um dos obstáculos de ordem operacional na vigência do programa foi o fato de que a subvenção passou a ser executada, além do SINE, pelas Delegacias Regionais do Trabalho

(DRTs), unidades descentralizadas do MTE que não possuíam tradição no processo de intermediação, mas sim na iniciativa de fiscalização do cumprimento da legislação do trabalho.

Outras situações que certamente afetaram a execução do programa foram as dificuldades enfrentadas pelas empresas na obtenção de certidões negativas de débito junto à União. De qualquer forma, é importante fazer uma avaliação mais profunda das causas da baixa execução da linha de subvenção econômica do PNPE, em especial para pensar a formulação de ações governamentais nas demandas do mercado de trabalho, no campo das políticas nacionais de trabalho, emprego e renda para jovens adolescentes vulneráveis, em estado de pobreza e recorrentes à extremidade do risco social.

Tudo isso, porque é essencial que uma verdadeira política pública de promoção e qualificação do trabalho dignificante para os jovens adolescentes, não se estabeleça e não fique meramente restrita a ações que promovem somente os senhores da oferta, mas que possa caminhar lado a lado com a demanda num mercado de trabalho, que se utilize da inclusão social como meio de diminuir o desemprego, a fome e a miséria, que assolam um país tão rico como o Brasil.

## 1.2 PROJETO CENTRO DA JUVENTUDE

Em um mundo globalizado em que o neoliberalismo tem conduzido toda a economia, a necessidade da informação e o domínio das novas tecnologias, abriram-se muitos espaços na sociedade do trabalho durante os anos iniciais do século XX. Nesse enfoque, o Projeto Centro da Juventude possibilitou o acesso aos jovens adolescentes à informação e às alternativas de socialização nas áreas de esporte e cultura como uma forma de inclusão social (BRASIL, 2001).

Os objetivos do PCJ estiveram direcionados a democratizar a informação através do acesso à Internet e a um menu de serviços, programas e projetos dirigidos a jovens adolescentes. Possibilitar o acesso dos jovens adolescentes foi um objetivo que colocou essa juventude em contato com atividades culturais e desportivas (OLIVEIRA, 2013).

Já o segundo objetivo, que forneceu um ponto de referência para os jovens adolescentes, foi outra ação implementada pelo PCJ; apoiar a formação de jovens adolescentes transformando-os em lideranças comunitárias, foi outro fator primordial dos objetivos do Projeto, além de contribuir para o enriquecimento do processo de aprendizagem dos jovens adolescentes.

O penúltimo objetivo do Projeto Centro da Juventude utilizou o verbo “descobrir” para detectar talentos e habilidades específicas dos jovens adolescentes, canalizando-os para sua inserção no mundo produtivo do mercado de trabalho.

E, por último o PCJ se sustentou na ação do verbo “estimular”, para desenvolver a autogestão do Centro da Juventude, através da administração direta do Grupo Gestor Juvenil, no intuito de despertar a capacidade de administração no meio social.

O público-alvo desse Projeto eram jovens adolescentes com idade entre 15 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade e risco social, pertencentes a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, centralidade na família e base na Emenda Constitucional nº 20/98 (BRASIL, 2000a).

O Projeto Centro da Juventude foi republicado no *Diário Oficial da União* (DOU) do dia 04 de abril de 2002, por ter saído com incorreções do original, no *Diário Oficial da União* de 19 de dezembro de 2001. Assim, propiciou atividades socioeducativas com as todas as famílias cadastradas, fazendo com que seus objetivos fortalecessem os vínculos familiares, bem como possibilitassem sua inclusão na vida sociocomunitária.

As características do Projeto partiram dos princípios que alicerçavam o protagonismo dos jovens adolescentes inscritos no projeto supracitado. Objetivos como estimular e participar, levavam alunos e monitores a despertar para a autogestão das ações desenvolvidas no Projeto Centro da Juventude.

A tentativa de universalizar os direitos dos jovens adolescentes inscritos no Projeto Centro da Juventude, favoreceu a todos o acesso às demais políticas públicas, por intermédio do contato direto com a informação.

O respeito à dignidade do jovem adolescente como cidadão foi trabalhado em todos os eixos do Projeto Centro da Juventude. A política pública referida tratou de respeitar e permitir o acesso dos jovens adolescentes de diferentes origens sociais, étnicas, culturais e políticas, a todos os serviços inerentes e disponíveis.

Um outro fator muito importante foi o reconhecimento da escolaridade como principal elemento de crescimento individual do jovem adolescente. O Projeto Centro da Juventude cooperou para o ingresso ou regresso, da permanência e do sucesso dos jovens adolescentes na escola. Desse modo, foi estipulada a tríade informação, esporte e cultura como elementos essenciais para caracterização do Projeto Centro da Juventude.

A seleção dos municípios a serem contemplados no Projeto (BRASIL, 2001), priorizava as cidades que apresentassem sua população de jovens adolescentes em situação de vulnerabilidade social e que identificassem na sua realidade:

- a) alto índice de jovens adolescentes de famílias de baixa renda;
- b) alto índice de doenças sexualmente transmissíveis DST/AIDS entre os jovens adolescentes;
- c) exposição dos jovens adolescentes ao uso e ao comércio de entorpecentes;
- d) alto índice de mortalidade juvenil por causas externas; exploração sexual de jovens adolescentes; alto índice de gravidez na adolescência;
- e) taxa elevada de desocupação juvenil, ou seja, jovens adolescentes fora da matrícula escolar e de qualquer forma de trabalho (quando a idade permitisse);
- f) taxa de analfabetismo; baixo índice de escolaridade; municípios que possuísem comunidade indígena, quilombolas e assentados em movimento de reforma agrária, como o MST.

Os conteúdos e atividades pedagógicas e profissionais do Projeto Centro da Juventude tinham como atrativos o treino ao acesso da informação, do esporte e das diversas formas de manifestações culturais. Essa foi a tríade a partir da qual foram constituídas as atividades ofertadas aos jovens adolescentes do mencionado Projeto. Observa-se também que as mesmas atividades foram planejadas e adaptadas para a participação dos jovens adolescentes com deficiências.

O acesso à informação no início do Projeto Centro da Juventudes foi sumariamente importante para as realidades dos matriculados no Projeto. Pode-se dizer que foram ferramentas essenciais, que contribuíram para a formação daqueles cidadãos, que conscientes de seus direitos e deveres tiveram acesso à inclusão social.

A informação possibilitou ainda o acesso a serviços, projetos e programas dirigidos para a área da juventude, permitindo o direcionamento da ação do jovem como um multiplicador e monitor por intermédio dos meios diretos de informação, como internet, folders, cartazes, folhetos, cartilhas e livros.

O domínio da informação levou os jovens adolescentes formados pelo Centro da Juventude a conhecer a existência de cardápios (conjunto de ações, serviços, programas, projetos e informações dirigidas para a área da juventude) para que o jovem adolescente não perdesse tempo em longas pesquisas ou buscas.

As principais formas de sistematizar as informações e o material informativo para a juventude estavam presentes nas: minibibliotecas com acervos bibliográficos; coletâneas de folders, cartilhas e folhetos; murais com menu de informações; bancos de dados informatizados e páginas na internet.

Já na área do Esporte, o Projeto Centro da Juventude pode funcionar como núcleo de práticas esportivas, com vistas a desenvolver a cooperação, a disciplina e a adoção de regras sadias, além de fortalecer o grupo para a conquista de objetivos comuns, aprendizagem de limites e responsabilidades sociais.

Uma outra área muito importante no Projeto Centro da Juventude, foi o estudo teórico e prático da cultura, pois permitiu o acesso dos jovens adolescentes a atividades culturais como elemento de inserção e promoção social, ofertando atividades nos campos das artes visuais, da literatura e da música, incluindo as crenças, os costumes, as invenções, a linguagem, a tecnologia e as tradições tão presentes na vida cotidiana dos grupos envolvidos na política pública mencionada.

A formação administrativa dos Recursos Humanos do Projeto Centro da Juventude (BRASIL, 2001), era composta por:

- Coordenador Geral;
- Conselho Gestor Juvenil; composto por representantes da gestão estadual ou gestão municipal;
- Representantes das comunidades inseridas no Projeto Centro da Juventude (associações de bairro, entidades ou mesmo grupos não institucionalizados que tivessem legitimidade nas localidades);
- Representantes da equipe que trabalhava no Projeto Centro da Juventude;
- Voluntários, ONGs e parceiras;
- Estagiários ou jovens adolescentes egressos do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.

Os municípios teriam que designar um espaço físico para o funcionamento do Projeto Centro da Juventude, o local deveria ter um espaço disponível, especialmente dedicado aos jovens adolescentes, onde fossem garantidas instalações para as atividades de informação, esporte e cultura. Todas as dependências deveriam ser adaptadas de forma a garantir o acesso às pessoas com deficiências, inclusive sanitários, banheiros e rampas que possibilitassem a participação em atividades e a utilização dos serviços propostos pelo Projeto.

As questões sobre financiamento do Projeto supracitado estavam sob a responsabilidade da SEAS, que repassava para estados e municípios recursos da ordem de R\$ 30.000,00 para a implantação do projeto. A manutenção do Projeto Centro da Juventude esteve sob a competência dos gestores dos estados e dos municípios cadastrados (BRASIL, 2001).

O processo de monitoramento e avaliação do Projeto Centro da Juventude, esteve voltado para as premissas seguintes: realização de visitas pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Na sequência das proposições, estavam também as coletas de dados de forma sistematizada; as reuniões de avaliação envolvendo os jovens adolescentes, os gestores e familiares; além da avaliação do projeto pela primazia da lógica de indicadores de processos, de resultados e de impacto social, populacional e cultural (BRASIL, 2001).

Percebe-se que o Projeto Centro da Juventude, mesmo sendo fruto de políticas neoliberais, que enxerga em maior parte aqueles que dispõem do poder de trabalho, empregos e serviços, permitiu o acesso à informação a jovens adolescentes vulneráveis que fizeram bom uso da aprendizagem construída no Projeto, fazendo com que os jovens adolescentes conseguissem trilhar os novos caminhos que levassem a jornadas de trabalhos globalizados em países como o Brasil, dominando seus espaços e seus diferentes territórios geográficos.

### 1.3 PROJETO CONSÓRCIO SOCIAL E JUVENTUDE CIDADÃ

O Projeto Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã formou os Consórcios Sociais da Juventude (CSJ), outra linha de ação do PNPE, que foram concebidos visando aproveitar a capacidade que as organizações da sociedade civil supostamente teriam para obter melhores resultados, junto ao público jovem em situação de vulnerabilidade pessoal e de risco social, em especial nos locais onde o Estado, tradicionalmente, tinha dificuldade em chegar e intervir na pobreza e na ociosidade.

Foi com esse intuito que foram criados instrumentos para a consolidação da parceria governo-sociedade e porta de entrada dos jovens adolescentes para o mundo do trabalho complementar à subvenção econômica.

O seu principal objetivo estava realmente escrito nas atividades dos Consórcios, que priorizavam a realização da qualificação profissional e social dos jovens adolescentes, com vistas a sua inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2005). Entre seus objetivos estavam:

- a) intermediar a oferta de empregos formais para os jovens adolescentes;
- b) preparar os jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda que os tirassem da ociosidade e da pobreza;
- c) melhorar a qualificação da força de trabalho dos jovens adolescentes e promover a sua inclusão social;



- d) melhorar a autoestima e a participação cidadã da juventude na vida social e econômica do Brasil;
- e) dar escala às experiências bem-sucedidas da sociedade civil organizada;
- f) constituir um espaço físico (Centro da Juventude), ponto de encontro das ações desenvolvidas pelas entidades da sociedade civil consorciada em sua base social (CARDOSO, 2012).

Observando o modelo de gestão do Projeto, que se manteve por muito tempo como política pública, os Consórcios foram formulados pela sociedade civil (organizações não governamentais, movimentos sociais e organizações para a juventude), podendo o setor privado, governos e organismos de financiamento e de cooperação participar como parceiros, amigos da ação pública.

Em relação ao público-alvo dos CSJ, foi determinado que rapazes e moças com idade entre 16 e 24 anos que, em virtude de suas condições socioeconômicas, apresentassem dificuldades de mobilidade ou acesso ao SINE, eram prioridades do Projeto, e principalmente se estes fossem: jovens quilombolas, afrodescendentes, indígenas, jovens adolescentes em conflito com a lei, que estivessem cumprindo medidas socioeducativas e os jovens adolescentes com deficiência, além dos jovens adolescentes trabalhadores que comprovassem residência na zona rural.

Existiu no CSJ uma obrigatoriedade para que esses jovens adolescentes pudessem estar matriculados ou frequentando regularmente a escola, e que estivessem inseridos em um núcleo familiar com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo por pessoas pertencentes à família.

Um aspecto inovador dos Consórcios Sociais da Juventude, além do seu plano de desenvolvimento original em termos de implementação e execução, foi a combinação entre qualificação profissional e o trabalho comunitário como parte prática da ação pública. O encaminhamento ou intermediação dos jovens adolescentes para o mercado de trabalho incluiu alternativas não tradicionais de geração de emprego e renda, como o trabalho desenvolvido em cooperativas.

Por um período de seis meses, os jovens receberam 400 horas de qualificação social e profissional, prestaram serviço civil voluntário (trabalho comunitário) durante um período de 100 horas, e foram beneficiados com o valor de 600,00 R\$ por uma etapa de quatro ou cinco meses no decorrer do ano letivo.

Os jovens adolescentes, após a carga horária mínima de 320 horas de qualificação, já poderiam adquirir o encaminhamento para estágio no mercado de trabalho. As instituições

executoras tinham como objetivo atingir uma meta de inserção fixada em torno de 30% (BRASIL, 2005).

A partir do ano de 2008, através da incorporação dos consórcios ao Projovem Trabalhador, o tempo de dedicação à qualificação profissional foi reduzido de 400 para 350 horas, com uma carga horária semelhante à do Projeto Juventude Cidadã.

Num primeiro momento, notou-se a importância do relacionamento e da assiduidade da participação social organizada (setor público não estatal ou setor privado não lucrativo), presentes em todas as atividades de cunho social, no tocante à reformatação das políticas sociais desempenhadas no Brasil.

Assim, a execução de uma política pública, realizada com recursos públicos ou não, pode acontecer por meio da sua implementação em universos de parcerias, sobretudo com a iniciativa do setor público não estatal, onde uma ampla rede de entidades da sociedade civil foram criadas e aumentadas para desenvolver ações de natureza pública, em diversos campos ou dimensões da vida social (SANTOS, 2008).

Sobre a execução do projeto, pode-se afirmar que a realidade dele se oficializou por meio das redes de organizações, e não somente por uma organização em particular. Na sequência, houve um esforço de integração da qualificação social e profissional com a intermediação de mão de obra local, o que continuou em todo o período do Projeto, havendo grandes desafios e dificuldades no espaço territorial do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR). Além disso, a intermediação não se restringiu somente às formas tradicionais de emprego com carteira de trabalho assinada (emprego formal), mas incluiu também a tentativa de inserir os jovens adolescentes no mundo do trabalho por meio de outras formas, como o empreendedorismo, cooperativismo e demais fontes da informalização do trabalho.

Portanto, deve-se assinalar que os Consórcios enquanto ação do Projeto, passaram a desenvolver a integração entre duas importantes fases: a qualificação e a intermediação fora do SPETR tradicional, estipulado pelas ofertas do SINE, e de modo desconectado com as suas ações de empregabilidade.

De certa forma, também é importante enfatizar que o trabalho desenvolvido em comunidades, pré-requisitado nas atividades do Consórcio, foi um importante mecanismo capaz de gerar a inserção dos jovens adolescentes no mercado de trabalho.

De um certo ponto de vista, o aspecto positivo do trabalho comunitário ou social incentivado pelo Projeto, foi que ele conseguiu atingir toda a rede de relações sociais dos jovens adolescentes que, muitas vezes, e em especial no caso daqueles mais empobrecidos, foi bastante restrito.

Toda essa ampliação, por sua vez, pôde abrir novas possibilidades para as jovens e os jovens adolescentes inscritos no Projeto, tendo em vista que a forma de indicação por meio de pessoas próximas foi um mecanismo muito importante de inserção para esse público que aguardava uma oportunidade no mercado de trabalho.

De certa forma, essa situação ajudou a compreendermos a importância do trabalho comunitário na inserção dos jovens adolescentes no mercado de trabalho, por outro lado, também se evidenciou a necessidade de aumentar a efetividade da intermediação, no âmbito do SPTER, para os jovens adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Foi preciso, no entanto, fiscalizar para que a prestação do auxílio comunitário aos alunos do Projeto não se transformasse em uma mísera obrigação para o recebimento pessoal do auxílio financeiro patrocinado pelo Projeto e que de certa forma pudesse haver desvio do objetivo estipulado na ação pública discutida.

Assim, todo o trabalho pedagógico planejado para reduzir o risco supracitado, exigiu um monitoramento bastante adequado na prestação do trabalho comunitário e das atividades que pudessem ser consideradas como eficientes e eficazes.

Apesar do modelo de Projeto inovador em vários aspectos, os CSJ também enfrentaram os mais variados problemas com relação ao seu arranjo institucional e, principalmente, sobre as questões operacionais de aplicações do Projeto (GONZALES, 2009).

Com relação aos aspectos que foram analisados, o impacto da meta de inserção de 30% sobre a qualidade dessa inserção foi um grande destaque, pois a Ação Juventude Cidadã, por sua vez, teve uma trajetória similar à dos Consórcios: fazendo a combinação qualificação profissional e social com trabalho comunitário (os jovens adolescentes percebiam o auxílio financeiro por atuarem nas diversas áreas das comunidades dos municípios, prestando serviços através do trabalho comunitário), e assim atingiram metas geradoras de inserção no mercado de trabalho.

Conclui-se, desse modo, que existiram diferenças muito relevantes entre os Projetos CSJ e Juventude Cidadã, sendo possível verificar que, no primeiro a iniciativa de execução ocorreu por meio de uma rede de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. No segundo Projeto, por sua vez, o convênio foi realizado pelo Governo Federal com a participação ativa dos governos municipais e estaduais.

Além disso, devemos atentar para um aspecto importante no Projeto Juventude Cidadã, que foi concebido, a partir da sua fomentação, com uma carga horária de 350 horas de estudo teórico e prático no sentido de melhor ampliar a qualificação profissional do seu corpo discente.

Contudo, o Projeto Consórcio Social da Juventude, sempre esteve concentrado na predominância das regiões metropolitanas e capitais, enquanto o Projeto Juventude Cidadã apresentou toda a sua distribuição geográfica ou espacial com diferenças bem extensas. Este atentou-se para dar oportunidades aos jovens adolescentes vulneráveis das localidades mais empobrecidas, carentes e mais distantes do mercado de trabalho dos municípios circunvizinhos as capitais.

Em resumo, os dois Projetos, Juventude Cidadã e os Consórcios da Juventude, foram incorporados ainda nos anos 2000 ao Projovem Trabalhador, e por atingirem assim essa incorporação, sua faixa etária para o público-alvo foi alterada, passando a atender jovens adolescentes com idade entre 18 e 29 anos para serem inseridos no mercado de trabalho.

#### 1.4 PROJETO JOVEM EMPREENDEDOR

O empreendedorismo e a responsabilidade social foram dois quesitos que funcionaram como eixo de sustentação durante toda a extensão do PNPE. Pode-se afirmar que foi um grande incentivo para estimular as ações do desenvolvimento das políticas públicas que ansiavam a ampliação do empreendedorismo juvenil no estado brasileiro.

Um projeto que desejava incluir a criação de uma linha especial de crédito em atenção ao público juvenil, foi denominado PROJER – Jovem Empreendedor, através da Resolução nº 339, de 10 julho de 2003, e por meio da edição do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) priorizou e fez valer seus objetivos (BRASIL, 2003).

O objetivo geral desse programa era conceder crédito orientado para jovens adolescentes empreendedores, através de uma parceria entre o MTE e o CODEFAT, Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e instituições financeiras oficiais federais, amparadas pelos projetos de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2003).

Seu principal público-alvo foram jovens adolescentes, considerados aqueles que em 2003 estavam com idade de até 24 anos, a mesma a faixa etária do programa PNPE, ainda que sem a delimitação de renda ou escolaridade atrasada (BRASIL, 2003).

Nos aspectos da realidade do projeto, o desenho do PROJER combinava conhecimentos prévios e obrigatória concessão posterior de crédito, com garantia total de Fundos de Aval, a ponto de reduzir riscos para os agentes financeiros e eliminar a possibilidade de garantias reais por parte dos jovens adolescentes inscritos no Projeto (BRASIL, 2003).

No adiantar do tempo, foi firmada também uma parceria entre o MTE e o SEBRAE, com a finalidade de implementar a qualificação de jovens adolescentes empreendedores. O

principal objetivo era capacitá-los para elaborar planos de negócios a serem submetidos a linhas de créditos.

Nessa parceria, ao contrário da linha de crédito, a qualificação profissional estava dirigida a jovens adolescentes de baixa renda e baixa escolaridade, segundo os mesmos critérios estabelecidos pelo PNPE. Posteriormente, o MTE passou a assinar convênios com outras instituições além do SEBRAE.

Como os jovens adolescentes oriundos dos CSJ também passaram a ter acesso a linhas de crédito do Projeto Jovem Empreendedor, foram feitos convênios específicos para qualificação e assistência técnica, denominados de *cadeias produtivas* (CUNHA, 2006).

Assim, a iniciativa foi considerada um bom exemplo de integração das ações relacionadas à qualificação profissional e à capacitação para lidar com as ações de incentivo ao empreendedorismo juvenil no estado brasileiro. A referência para a criação de linha de crédito especial para os jovens adolescentes empreendedores foi identificada como bastante inovadora, porém muito limitada na aplicação do projeto.

E assim vários foram os fatores que contribuíram para essa limitação do projeto no momento de atingir positivamente todos os jovens adolescentes participantes do Programa. Entre eles, estavam:

- 1) a obrigatoriedade legal de capacitação antes do empréstimo (para que ele fosse feito com cobertura total dos Fundos de Aval);
- 2) dificuldades em atender os jovens adolescentes com o perfil definido pelo PNPE;
- 3) resistência dos agentes financeiros em facilitar a realização dos empréstimos aos entes empreendedores que, por se apresentarem naquele período de 2003 como jovens adolescentes, eram geralmente considerados pelos bancos como sendo pessoas sem experiência para multiplicar o financeiro através do processo de investimento em vendas.

Sobre outras linhas de ação, na alçada do PNPE, estava a concessão do selo *Empresa Parceira do Programa Primeiro Emprego*, considerada uma certificação de caráter social para as empresas que quisessem contratar jovens adolescentes sem receber o subsídio previsto na linha de subvenção econômica, ou que tivessem outras iniciativas que contribuíssem para o Projeto.

## 1.5 PROJETO SOLDADO-CIDADÃO

O Projeto Soldado-Cidadão foi criado no ano de 2004 para oferecer aos jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Singulares cursos profissionalizantes que lhes proporcionem capacitação técnico-profissional básica, formação cívica e ingresso no mercado de trabalho em melhores condições. O Projeto esteve presente no Brasil durante sua execução em 134 municípios de todo o país e formou mais de 165 mil militares<sup>2</sup>.

Foi exatamente no mandato do Ministro da Educação Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores – PT, que ocorreu a parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa para a formação do Projeto referido no sentido de contribuir com mais uma oportunidade para jovens adolescentes alistados nas forças armadas que desejavam adquirir uma profissão somada às atividades militares e dirigidas por um colegiado denominado de Comitê Gestor.

O Comitê Gestor do Projeto Soldado-Cidadão foi instituído pela Portaria Normativa nº 1.259/MD, de 19 de outubro de 2004, que tinha como composição: I - três representantes da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia (SELOM) e II - Um representante de cada Força Singular (BRASIL, 2004).

Sobre a presidência do Comitê Gestor, esta foi exercida pelos Secretários de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia, a quem coube a indicação do Vice-Presidente e do Coordenador Executivo do Comitê.

Dentre as atribuições do Comitê Gestor (BRASIL, 2004), estavam:

- I - planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos Comandos das Forças Singulares;
- II - acompanhar os convênios realizados pelos Comandos das Forças Singulares;
- III - exercer, em conjunto com a SEORI, a gestão orçamentária e financeira das ações cujos recursos sejam destinados ao projeto;
- IV - definir e orientar os parâmetros pedagógicos;
- V - acompanhar a execução físico-financeira do projeto realizada pelos Comandos das Forças Singulares;
- VI - elaborar relatório anual, para ser encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa até 31 de janeiro do exercício subsequente.

---

<sup>2</sup> Fonte: Ministério da Defesa, 2008.

No que refere às atividades dos integrantes do Comitê Gestor do Projeto Soldado-Cidadão, foram consideradas serviço público relevante e não foram remuneradas durante o período de sua duração.

A respeito das entidades parceiras do Projeto Soldado-Cidadão, estavam as organizações públicas ou privadas que interagiram com o Ministério da Defesa, no sentido de contribuir para os objetivos da consecução do projeto supracitado.

O Projeto Soldado-Cidadão foi coordenado pelo Ministério da Defesa e em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, além do comando da Marinha; Exército; Aeronáutica; Fundação Cultural Exército Brasileiro; Escolas Técnicas; Centros de Educação Profissional e as Entidades do Sistema (S)<sup>3</sup>, (BRASIL, 2004).

Para participar do Projeto Soldado-Cidadão, o jovem adolescente precisaria incorporar-se às Forças Singulares para a prestação do Serviço Militar, de perfil socioeconômico carente e que necessitasse de formação profissional básica que os habilitasse para o primeiro emprego e, conseqüentemente, pudesse inseri-los no mercado de trabalho formal.

Nesse sentido, as transformações sociais que ocorreram no início do século XX, provocaram mudanças profundas no mercado de trabalho (ANTUNES, 2010). E um país como o Brasil tem enfrentado o duplo desafio de fazer frente aos avanços tecnológicos e às novas expectativas das empresas, têm sobrevivido à política neoliberal e competido com mercados globalizados, além de integrar à economia produtiva um número crescente de jovens adolescentes com pouca ou nenhuma qualificação profissional para enfrentar o as mudanças do novo capitalismo.

---

<sup>3</sup> É o conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira.

SESI (Serviço Social da Indústria) – Ligado à indústria e oferece áreas de lazer e ensino para trabalhadores e associados, com opções educacionais, culturais e de saúde;

SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) – Também da área industrial, é focado em oferecer cursos de capacitação, especialização ou reciclagem e assessoria especializada;

SESC (Serviço Social do Comércio) – Voltado para o comércio, a instituição oferece opções de cultura, esporte, saúde e lazer;

SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) – Também relacionado ao comércio, essa opção é voltada para a capacitação por meio de cursos variados, especializações, cursos técnicos, graduação e pós-graduação;

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa) – Relacionado às micro e pequenas empresas, bem como aos empreendedores individuais (MEI). Oferece conhecimento e assessoria para abertura, regularização e manutenção do negócio, além de cursos variados;

SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) – Ligado à área de cooperativas, visa orientar sua abertura e gestão, além de aumentar a capacitação dos profissionais para lidar com esse modelo de atuação;

SEST (Serviço Social dos Transportes) – Relacionado à área de transportes, oferece recursos de lazer, cultura e esportes, assim como o SESI e o SESC;

SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes) – Oferece cursos e possibilidades diversas de aprimoramento profissional para transportadores autônomos e trabalhadores do setor de transporte;

SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) – Diretamente envolvido com o setor do agronegócio, oferece capacitação de profissionais, sejam eles da área de mão de obra do campo ou gestores de negócios rurais.

Sennett (1999, p. 364) afirma que esse novo capitalismo

afeta o caráter pessoal dos indivíduos, principalmente porque não oferece condições para construção de uma narrativa linear de vida, sustentada na experiência. Ele demonstra, ao utilizar o recurso metodológico de histórias de vidas, como o trabalhador fordista, apesar de ter o seu trabalho burocratizado e rotinizado.

Isso significa reconhecer que, para tal, foi necessário ampliar e racionalizar programas de educação profissional e formação cívica, uma vez que os profissionais que irão encarar o mundo contemporâneo devem estar preparados para o trabalho e para o exercício da conquista dos seus direitos sociais.

De acordo com o Ministério da Defesa (BRASIL, 2020), cerca de 1.600.000 jovens têm atingido, anualmente, a faixa etária destinada à prestação do Serviço Militar. Desses, aproximadamente 80.000 ingressaram nas Forças Singulares nos últimos anos. A maioria deles foram inseridos no mercado de trabalho com apenas o ensino fundamental ou o ensino médio incompleto, sem qualquer aperfeiçoamento técnico-profissional.

Assim, existe hoje um grande número de ações isoladas, tanto no âmbito da iniciativa privada quanto governamental, com o objetivo de proporcionar ao jovem brasileiro uma melhor formação profissional para inseri-lo no mercado de trabalho.

Essas iniciativas, muitas vezes bem-sucedidas, podem ser associadas e disponibilizadas a um maior número de jovens, numa comunhão de esforços que, certamente, pode gerar a racionalização do uso dos recursos e a participação integrada de diversos segmentos da sociedade, comprometidos com o desenvolvimento sociocultural do jovem brasileiro e sua profissionalização.

A atuação conjunta de militares e civis, estes do setor público ou da iniciativa privada, deve gerar condições favoráveis a uma melhor qualificação da mão de obra brasileira, a custos baixos. Assim, o Projeto Soldado-Cidadão teve a finalidade de apresentar uma proposta para o desenvolvimento de cursos básicos profissionalizantes para jovens adolescentes incorporados às fileiras das Forças Singulares (BRASIL, 2004).

Os cursos foram desenvolvidos, preferencialmente, em organizações militares (OM) ou em outros locais, com a parceria dos órgãos formadores de mão de obra qualificada, públicos ou privados. A execução e a administração estiveram a cargo de cada Força Singular (BRASIL, 2004).

Com base no princípio da agregação de forças conclusivas, o Projeto Soldado-Cidadão disponibilizou aos inscritos durante sua atuação, cursos profissionalizantes por preços inferiores



aos praticados no mercado de trabalho, substituindo o uso de instalações, laboratórios, oficinas e monitores particulares por alojamentos próprios e pessoal interno treinado e qualificado.

### **1.5.1 A estrutura**

A fase inicial do Projeto Soldado-Cidadão foi destinada à sua estruturação. No tocante às ações com vistas à implementação do Projeto Soldado-Cidadão (BRASIL, 2004), foram adotadas as seguintes ações preliminares:

- a) estruturação do Comitê Gestor;
- b) formalização de Protocolo de Intenções entre o Ministério da Defesa e o Ministério do Trabalho e Emprego, quando for o caso;
- c) apresentação do planejamento inicial do Projeto Soldado-Cidadão de cada Força Singular ao Ministério da Defesa, para conhecimento do Comitê Gestor, contendo processo seletivo, módulos didáticos a serem desenvolvidos, delimitação de ambientes, calendário dos cursos, recursos necessários, parcerias regionais e pôr fim à formalização de parcerias em nível de país e estados.

Sobre as entidades parceiras nacionais e regionais, foram organizações públicas ou privadas que interagiram com o Ministério da Defesa, objetivando a consecução do Projeto Soldado-Cidadão. Destacam-se as seguintes formas de interação:

- a) entidades que, por intermédio de instrumento jurídico adequado, estabelecido com as Forças Singulares, poderão ser chamadas a participar do desenvolvimento do Projeto Soldado-Cidadão no aporte de recursos, na cessão de instalações (oficinas, laboratórios, salas de aula, refeitórios, entre outros), na administração e na execução das atividades de formação profissional e social;
- b) empresas públicas ou privadas que participassem do Projeto Soldado-Cidadão, patrocinando salas de aula adicionais, publicidade e difusão do projeto.
- c) essas parcerias devem ser buscadas pelas três Forças Singulares e informadas ao Comitê Gestor.
- d) as entidades parceiras encarregadas das ações de qualificação social e profissional dos jovens devem possuir reconhecida experiência nacional e/ou regional na aplicação dos

cursos, estágios e palestras requeridos. Como exemplo, citaram-se as entidades do Sistema (S) de ensino profissionalizante brasileiro.

Foram considerados como prioritários os jovens adolescentes, que prestam o Serviço Militar nas Forças Singulares, com perfil socioeconômico mais carente ou em situação de risco social. O seu processo seletivo baseou-se totalmente no levantamento do perfil socioeconômico dos jovens adolescentes que prestaram o Serviço Militar, dando prioridade àqueles em situação de risco social e os que mais precisavam de uma qualificação profissional para se autossustentar em sociedade.

### **1.5.2 Didática e metodologia**

Os jovens adolescentes incorporados às Forças Singulares teriam de apresentar um perfil educacional mediano, entre o final do ensino fundamental e o início do ensino médio (BRASIL, 2004). Isso informa que eles necessitavam complementar a sua educação básica com cursos profissionalizantes de pequena e média duração.

Outro aspecto primordial foi a importância da contextualização para a fase do aprendizado, o que corroborou a necessidade de retirar do Soldado aluno a condição de espectador passivo, de orientá-lo rumo ao exercício da cidadania plena e à profissionalização necessária ao mercado de trabalho.

Seguindo seus objetivos, e em razão das difíceis condições de inserção no mercado de trabalho, as ações valorizavam o espírito empreendedor que deveria ser contemplado no conteúdo curricular pedagógico do projeto.

Dessa forma, os módulos didáticos a serem oferecidos pela grade curricular estiveram voltados à profissionalização inicial, com carga horária mínima de 160 horas (BRASIL, 2004), preferencialmente nas seguintes áreas profissionais:

- a) Telecomunicações: Instalador e Reparador de Linhas e Cabos Telefônicos e de Dados; b) Automobilística: Auxiliar de Mecânico Veicular e Ajustador Mecânico;
- c) Alimentícia: Cozinheiro, Padeiro, Confeiteiro e Trabalhador de Fabricação e Conservação de Alimentos, Pizzaiolo e Garçom;
- d) Construção Civil: Ajudante de Obras Civas, Bombeiro Hidráulico, Operador de Equipamentos de Elevação, Montador de Estruturas de Concreto Armado, Trabalhador de

Terraplanagem e Fundações, Aplicador de Revestimentos Cerâmicos, Pastilhas, Pedras e Madeira, Estucador e Gesseiro, Pedreiro, Carpinteiro e Soldador;

e) Artes Gráficas: Profissional de Acabamento Gráfico;

f) Confeção: Profissional de Fabricação e Instalação de Artefatos de Tecido e de Couro; g) Têxtil: Profissional de Acabamento, Tingimento e Estamparia da Indústria Têxtil;

h) Eletricidade: Eletricista Instalador Predial, Eletrotécnica e Eletricidade Básica;

i) Comércio: Operador de Supermercado, Operador de Almoarifado, Operador de Telemarketing e Vendedor;

j) Comunicação: Fotógrafo Básico e Cartazista de Supermercado e Varejo;

k) Conservação e Zeladoria: Profissional de Portaria, Ascensorista, Frentista, Zelador, Porteiro e Vigia;

l) Informática: Operador de Microcomputador Básico (Windows, Word, Excel e Internet), Linux Básico, Montagem e Configuração de Microcomputador, Redes, Lógica de Programação, Banco de Dados, Programação para Web;

m) Saúde: Auxiliar de Enfermagem;

n) Lazer e Desenvolvimento Social: Monitor de Lazer e Recreação;

o) outros módulos: Barbeiro, Sapateiro, Ferrador, Auxiliar de Ferrador, Auxiliar de Veterinário, Tratador de Equinos, Tratador de Cães, Gerente de Pavilhões de Baias, Gerente de Canil, Cavaleiro, Cinófilo, Segurança de Empresas, Segurança de Autoridades e outros. Outras áreas da Indústria, Comércio e Prestação de Serviços, disponibilizadas pelos parceiros e que apresentassem cursos de interesses, deveriam ser incorporadas.

A definição dos módulos didáticos e do número de cursos profissionalizantes por área (BRASIL, 2004), devia ser objeto da conjugação dos seguintes fatores:

- a) perfil socioeconômico e cultural do jovem, com base, inclusive, em sua inclinação pessoal;
- b) perfil socioeconômico e cultural da região, com base em características do mercado de trabalho regional;
- c) especificidades das organizações militares e as parcerias engajadas em cada região.

#### 1.5.2.1 Cursos e oficinas

As oficinas didáticas desenvolvidas nos cursos deveriam ser realizadas nas OM previamente designadas, em unidades móveis instaladas nos quartéis ou nas dependências fixas

das entidades parceiras. A designação das OM hospedeiras coube aos Comandantes das Forças Singulares.

### **1.5.3 Programação dos conteúdos**

Todos os cursos profissionalizantes oferecidos possuíram, também, um módulo de, no mínimo, 12 horas de Empreendedorismo e Educação para a Cidadania. E, com isso, foram aplicadas as seguintes sugestões de unidades didáticas para o módulo Educação para a Cidadania:

- Unidade 1: Cidadania: Definição, Direitos e Deveres do Cidadão; Voto; Cidadania e Direitos Humanos; Estado Democrático de Direito; o Estado e os Direitos Humanos; Legislação: Constituição, Códigos e Estatutos; Sociedade Civil e Movimentos Organizados; Justiça e Segurança Pública;
- Unidade 2: Mecanismos, Instrumentos e Órgãos de Apoio à Cidadania; Atores Sociais: Partidos Políticos, Movimentos, Sindicatos, ONG, Justiça; Órgãos de Apoio: Ouvidorias, Defensorias, PROCON, Corregedorias; Códigos e Estatutos: Estatuto da Criança e do Adolescente, Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito, Código Civil; Conselhos de Direitos Humanos;
- Unidade 3: Defesa Civil: Conceituação, Sistema Nacional de Defesa Civil, Ações dos Órgãos de Defesa Civil, Situação de Emergência em Caso de Calamidade Pública, Papel do Cidadão na Defesa Civil;
- Unidade 4: Meio Ambiente: Ambiente, Definição, Ecossistemas, Equilíbrio Ambiental, Principais Ameaças, Preservação e Desenvolvimento Sustentável, Reciclagem, Saúde e Segurança do Trabalho e na Comunidade.

Para fixar a complementação do trabalho destinado ao jovem adolescente na formação cívica e na cidadania desejável, a OM hospedeira, juntamente com a entidade parceira, promoveu facilidades para que o jovem pudesse receber, além do diploma de conclusão do curso, os documentos a que fez jus como cidadão, tais como: Carteira de Identidade, Carteira Profissional, Título de Eleitor, Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, além de outros comprovantes que pudessem legalizar a vida profissional dos entes alistados no Projeto.

#### **1.5.4 O aquartelamento integrado**

O processo de integração entre a OM hospedeira e as entidades parceiras condutoras do Projeto Soldado-Cidadão proporcionou a redução dos custos operacionais do Projeto, em que se buscou uma maior disponibilidade possível de meios materiais da instituição militar, de forma que o condutor do curso tivesse seu custo operacional minimizado.

Portanto, coube à OM, definir os cursos a serem ministrados, realizar os levantamentos dos recursos mínimos necessários à compra dos equipamentos ou meio auxiliar de ensino que não estava no acesso pedagógico do curso, e até os limites apresentados no orçamento programado. Sobre o calendário, o período de funcionamento pôde ser definido regionalmente em função das especificidades locais, das peculiaridades das Forças Singulares e de suas OM e da disponibilidade dos agentes conveniados.

Outros importantes fatores como carga horária, dependências disponíveis, exigências do adestramento do militar e outros determinavam os dias e horários letivos, que poderiam estender-se durante os sábados, períodos vespertinos ou na vigência do expediente militar regulamentado.

#### **1.5.5 Avaliação e resultados**

Os Comandos das Forças Singulares consolidaram os relatórios de avaliação do Projeto Soldado-Cidadão, até trinta dias após o término do último curso, e dos seus cursos, remetendo-os ao Ministério da Defesa, tendo como prazo-limite o dia 10 de janeiro do exercício financeiro em sequência (BRASIL, 2004).

O Comitê Gestor tinha a responsabilidade de fomentar a elaboração do relatório de conclusão, onde os registros finais do processo de avaliação do Projeto Soldado-Cidadão eram encaminhados para o Ministério de Estado da Defesa na condição de serem apreciados, registrados e postos em uma nova avaliação dos dados pelo colegiado militar (BRASIL, 2004).

### **1.6 PROJOVEM**

O Projovem foi instituído pela Medida Provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005, posteriormente convertida na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e teve como finalidade executar ações integradas para os jovens adolescentes brasileiros, visando à elevação do grau de escolaridade e a conclusão do ensino fundamental; além de qualificação profissional voltada

para estimular a inserção produtiva e o desenvolvimento de ações comunitárias, com práticas de solidariedade; exercício da cidadania e intervenção na realidade local e regional (BRASIL, 2005).

O Projovem, enquanto projeto, foi destinado aos jovens adolescentes com idade entre 18 e 24 anos, que tivessem concluído a quarta série, mas não a oitava, do ensino fundamental, sem nenhum vínculo empregatício. Aos jovens adolescentes beneficiários do Projeto era oferecido um curso de elevação de escolaridade, qualificação profissional e ação comunitária por um período de 12 meses, com carga horária de 1.600 horas, das quais 1.200 eram destinadas ao ensino fundamental, 350 à qualificação profissional e 50 à ação comunitária na sua própria localidade (BRASIL, 2005).

Durante todo o período de curso, também era oferecido um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100,00 (US\$ 41). E sua carga horária para a qualificação profissional se distribuía da seguinte forma: 150 horas para iniciação ao mundo do trabalho e formação técnica geral, e 200 horas para formação específica no *arco ocupacional* escolhido pelo alunado do Projeto.

O acesso ao arco ocupacional abrangeu quatro ocupações dentro de um mesmo processo produtivo ou com a mesma base técnica, foi uma inovação muito importante, introspectada pelo Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – PNQSP do MTE, buscando responder à necessidade de uma formação profissional mais integrada (BRASIL, 2005).

Para melhor entender a questão dos arcos ocupacionais, tomamos como exemplo a construção civil, onde o jovem adolescente se qualificava para lidar com todo o levantamento de uma obra, ao mesmo tempo, ele recebia treinamentos para realizar atividades na arte de pintura, ladrilhagem, técnicas de aplicação de pisos, revestimentos de paredes e ainda a capacidade de aplicação de gesso de teto e congêneres.

A preocupação com a continuidade do grau de escolaridade na educação profissional fez com que, ao longo dos 12 meses, os alunos inscritos no Projeto frequentassem aulas nas disciplinas próprias do ensino fundamental, além do ensino do idioma de língua inglesa, noções de informática básica e introdução à qualificação profissional, apropriada às oportunidades de trabalho que pudessem ser aproveitadas pelo projeto nos municípios, como uma ação que contribuísse na redução do desemprego.

Sales (2012, p. 127), referindo-se à importância da integração da educação profissional às demais ações de combate ao desemprego no Brasil, afirma que o Ensino Profissionalizante,

de fato, as mudanças no cenário da educação profissional no país só começam a acontecer a partir da constatação do governo brasileiro de que a abertura dos mercados exigiu a redefinição das estratégias empresariais, incluindo não somente a modernização física, de máquinas e equipamentos, mas uma ruptura com os antigos paradigmas de organização e gestão da produção. Exigências que, segundo o Governo Federal, demandaram mais flexibilidade, qualidade e produtividade das empresas e dos trabalhadores. Nesse cenário, novas necessidades educacionais, como a qualificação/ requalificação profissional, ganharam maior importância nas decisões governamentais relativas ao financiamento das políticas de emprego, de modo que, na década de 1990, o governo desenvolveu projetos de reformas no âmbito da política pública de trabalho, entre elas as de educação profissional, visando inserir o país no mundo globalizado. No que se refere, especificamente, à educação profissional de nível básico, essa ganhou relevância em função do reconhecimento da dívida social com os segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira, acumulada ao longo de uma história marcada por exclusões sociais, discriminações, desigualdades e pela persistência de altos índices de analfabetismo, baixos níveis de escolaridade e pelo desemprego.

Em toda a trajetória dos cursos, os jovens adolescentes prestavam serviços à comunidade em que moravam. E, para tanto, o alunado recebia o incentivo mensal de R\$ 100,00, se comprometendo a atingir 75% de frequência na assiduidade das salas de aula programadas na escola em que estavam cadastrados pelo censo escolar, além da participação na atividades presenciais e entrega sistemática das tarefas extraclasse.

A tipologia da formação profissional oferecida aos alunos era selecionada pelas gestões municipais, conforme surgiam as necessidades do mercado local e as diretrizes de desenvolvimento econômico da região em que habitavam os alunos referidos.

Para que o alunado pudesse concluir todo o curso estabelecido pelo Projeto ProJovem, os jovens adolescentes recebiam um certificado de conclusão do ensino fundamental, bem como um certificado de qualificação profissional para usá-lo no momento em que houvesse abertura de vagas no mercado de trabalho local ou regional.

Sobre as ações comunitárias propostas a se desenvolver de acordo com projetos elaborados pelos alunos, e sob a orientação dos monitores docentes responsáveis pela área, acompanhavam o objetivo da política pública desenvolvida no Projovem, que visava a promoção e a inserção dos jovens adolescentes no processo de participação social e valorização do protagonismo juvenil no mercado de trabalho.

Esse subtópico nos leva a crer que a oferta dos serviços sociais prestados à comunidade como fator de desenvolvimento de campanhas nacionais e comunitárias de vacinação no campo da saúde, e de mobilização social, de projetos e movimentos populares sobre prevenção as DST, educação ambiental, diversidade de gêneros, pluralidade cultural, temas transversais, foi

legítima para conscientizar e humanizar aquela nova geração de trabalhadores para o milênio de XXI.

Em suma, o Projovem foi implementado somente nas capitais brasileiras e municípios que apresentassem alto grau de pobreza e localidades de periferias intensas e constantes na miséria. Porém, somente no ano de 2006, a cobertura geográfica do projeto foi ampliada, passou a incorporar cidades de regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes, e sem o requisito de pobreza extrema.

Verifica-se que a pedagogia adotada pelo Projovem priorizou a qualidade do material didático<sup>4</sup> utilizado durante todas as formações, enfatizou a forma tecnicista de sua capacitação profissional para o mercado de trabalho formal, além da exigência da formação programada dos professores – monitores que os municípios indicaram para fazer de fato o projeto acontecer.

O caminho pedagógico seguido pelo Projovem caracterizou-se pela construção de conhecimento e de inspiração para realizar o resgate educacional do alunado, bem como continuar com a qualificação profissional do Projeto Agente Jovem, que o antecedeu. Assim, o projeto contribuiu para a evolução das ações comunitárias praticadas por todos os jovens adolescentes inscritos e que, geralmente, devido aos percursos da vida vulnerável, de pobreza e risco social, não conseguiram vencer as etapas do ensino propedêutico praticado na escola no decorrer da sua faixa etária.

Percebe-se que os conhecimentos prévios do corpo discente do Projovem ainda foram utilizados como mecanismo de funcionalidade para a aquisição de novos saberes dentro da qualificação profissional da política pública mencionada, e que, conjuntamente com as informações e inovações trazidas pelo projeto, enriqueceram o universo de independência da juventude que perpassou e concluiu qualquer uma das suas edições.

---

<sup>4</sup> Apostilas e textos do ensino propedêuticos voltados para trabalhar o cognitivo e o intelecto dos futuros trabalhadores recém-saídos do Projeto Agente Jovem (Guia de Gestores, 2000).



## 2 PROJETO AGENTE JOVEM: FOCOS E FINALIDADES

Neste capítulo, demarca-se o histórico do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano no Brasil, considerando-se seu destaque e sua importância para a história das políticas públicas de qualificação profissional de jovens adolescentes vulneráveis, em estado de pobreza e risco social para a população juvenil.

O Projeto Agente Jovem surgiu no Ministério da Assistência e Previdência Social do governo Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, que foi o ente responsável pela iniciativa de fomentação, implantação e desenvolvimento do Projeto Agente Jovem no Brasil, em 2001. Ainda no mesmo ano, foi incorporado ao Plano de Segurança Pública Nacional da federação brasileira, tendo como base de sustentação três importantes pressupostos (BRASIL, 2000b):

- (1) *todos os jovens adolescentes participantes deveriam ter garantia de acesso e permanência no sistema educacional;*
- (2) *todos os jovens adolescentes participantes deveriam ser capacitados para exercer a efetiva ação social em sua comunidade;*
- (3) *todos os jovens adolescentes deveriam ter permanente e sistemático acompanhamento de Orientadores Sociais especialmente selecionados para essa função.*

O Projeto Agente Jovem foi considerado inovador para os jovens adolescentes de 15, 16 e 17 anos, a partir dos anos 2000. Tratou-se de uma política pública de ação e iniciativa governamental de alcance nacional, tendo sido criado no ano 2000, no segundo mandato do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, Tucano, filiado ao PSDB, além de grande defensor das políticas neoliberais e do processo de globalização para economias de países capitalistas.

Além disso, os diversos projetos e programas de atendimento ofertados durante o final dos anos 1990 ao início dos anos 2000, pelos governos brasileiros, não supriram as necessidades dos jovens adolescentes com idade entre 15 e 17 anos, que ainda não tinham maturidade suficiente para enfrentar o atual e exigente cenário social do trabalho, ficando à margem, sujeitos à ociosidade e à marginalidade tão presentes na sociedade capitalista brasileira (PRATES, 2005).

Na obra *O outro lado do espelho*, a professora Takeuti (2002), corrobora essa discussão quando aponta o fracasso legítimo de uma sociedade que se fundamentou na modernidade

humanística de políticas assistenciais para jovens adolescentes advindos do submundo ou com características da pobreza. “Esses jovens são, certamente, os significantes do fracasso do processo civilizatório dessa modernidade que se quis forjar como uma sociedade de ‘ordem e progresso’ para a perfeita integração social dos indivíduos” (TAKEUTI, 2002, p. 206).

Para descrever a história desses jovens adolescentes vulnerabilizados no Brasil, encontram-se inúmeros (serviços, departamentos, fundações nacionais, estaduais, projetos e programas)<sup>5</sup> governamentais e filantrópicos, que nos remetem a políticas públicas de assistência e qualificação profissional para capacitação de jovens adolescentes em situação de vulnerabilidade social<sup>6</sup>. Para Bernal (2004, p. 118), estes adolescentes são considerados vítimas da situação de risco social instalados nas metrópoles, mas, principalmente encontrados nas grandes, médias e pequenas periferias desse imenso Brasil.

No final dos anos 1990, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SEAS), dentro da responsabilidade que lhe coube na área da promoção, proteção e inclusão social de segmentos vulnerabilizados, pela situação de níveis de pobreza e perfil de miséria, procurou identificar jovens adolescentes que vivessem em condições de extrema precariedade, para serem capacitados e logo inseridos no mercado de trabalho formal, através da Emenda Constitucional nº 20/98 (BRASIL, 2000a) e com base no seu Art. 1º primeiro<sup>7</sup>.

Em meio às diversas transformações graduais da sociedade durante a virada do século XX para o século XXI, no âmbito da história do mercado de trabalho, economia, política e das ideologias partidárias que pregam a erradicação da pobreza, registre-se que foi muito importante a criação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, rumo à motivação desses jovens adolescentes na tentativa de superar os obstáculos que a sociedade neoliberal criou para suas vidas durante as disputas por uma vaga, ocupação no mercado de trabalho e no protagonismo juvenil. Tal ocupação não poderia exigir a configuração de trabalho como é aplicada ao ser humano adulto no mundo contemporâneo, e sim que possibilitasse o

---

<sup>5</sup> Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor – FEBEM (SP); Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA (SP); No Rio Grande do Norte – RN: Centro Educacional para Menores Infratores – CEDUC; Centro de Atendimento Socioeducativo (masculino) – CASE; Centro de Atendimento Socioeducativo (Feminino) – CASEF; Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNDASE. As unidades responsáveis por acolherem os jovens adolescentes que aguardavam o cumprimento da medida socioeducativa também tiveram seu nome alterado, conforme Portaria Estadual 255/2018. O Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIAD) passou a chamar-se de Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP), e o Pronto Atendimento (PA), que funcionou dentro do CASEP, passou a ser chamado de Unidade de Atendimento Inicial (UNAI). A publicação foi assinada pelo presidente e interventor judicial da Fundase, Ricardo de Sousa Cabral. A partir da aprovação da Lei 614/2018, e da implantação do novo Plano de Cargos, foi completamente implementada a reestruturação organizacional e administrativa da Fundase/RN, conforme previsto pela intervenção judicial iniciada em 2014.

<sup>6</sup> Que inclui os diversos estados de pobreza, miséria e risco social.

<sup>7</sup> Trata-se da proibição do trabalho, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze.

nascimento da condição de “aprendiz” (BRASIL, 2000a), inédita na história da qualificação profissional para essa categoria de futuros trabalhadores, que, cheios de automotivação e esperança em dias melhores, estiveram sempre buscando o poder da transformação social, diante das crises do capitalismo.

Sobre as crises políticas do capital e suas consequências diretas na classe trabalhadora, repercutiram na forma como se organizou, como se engendrou o “mercado de trabalho”, e assim provocaram as mudanças literais (crises políticas do capital) na estrutura ocupacional do mercado de trabalho no Brasil.

E, conforme, assinala Ana Patrícia Dias<sup>8</sup> (2009, p. 98), sobre os anos finais da década de 1990:

O término do século XX deixou sua marca destrutiva na realidade construída pelos homens: eliminou postos de trabalho, suprimiu direitos trabalhistas conquistados historicamente pelos trabalhadores, fragilizou sindicatos, acentuou a pobreza e exacerbou a individualidade.

Segundo as normas estabelecidas no Guia de Orientação de Gestores (BRASIL, 2000b), o jovem adolescente, para participar do Projeto Agente Jovem, precisaria passar por um processo seletivo, convocado por meio de edital<sup>9</sup> amplamente divulgado no município de sua origem, onde todos os jovens adolescentes que desejassem participar tivessem o acesso de inscrição garantida, através do preenchimento de ficha cadastral<sup>10</sup>.

Assim, apresentaremos o histórico do Projeto Agente Jovem, iniciando pelos seus critérios estipulados para realizar a seleção dos jovens adolescentes em 2001, ano de referência das primeiras turmas iniciadas no Brasil. Os jovens adolescentes que desejassem se inscrever no Projeto Agente Jovem deveriam apresentar as seguintes características sociais (BRASIL, 2000b):

- Faixa etária entre 15 e 17 anos;
- Ser completamente alfabetizado;
- Ser carente, ou seja: conviver em famílias cuja renda per capita não ultrapassasse meio salário mínimo a partir de 2001;

---

<sup>8</sup> Professora e pesquisadora (UFRN), autora de várias publicações sobre Mercado de Trabalho. O tema do Trabalho Formal também tem ocupado grande parte de suas pesquisas. Bem como, capitalismo de novas reformas e o marco regulatório da Terceirização.

<sup>9</sup> Ver modelos no Anexo A.

<sup>10</sup> Ver modelos no Anexo B.

- Prioridade para os que estavam fora da escola e que estivessem egressos de programas como o Renda Mínima, Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Brasil Criança Cidadã – BCC, Bolsa Escola e a medida socioeducativa Liberdade Assistida.

Os jovens adolescentes aprovados na seleção teriam que participar de um processo de formação, conforme estabelecido pelo Guia de Gestores (parte II). Os referidos jovens adolescentes selecionados e já regulares deveriam ser orientados e encaminhados pelos Orientadores Sociais a procurar obter a documentação exigida pelo Projeto Agente Jovem: realização de exames médicos e processo de reinserção escolar.

Na questão de escolha dos possíveis municípios participantes do Projeto Agente Jovem, no Brasil dos anos 2000, além dos critérios para poder obter a inclusão, cada município deveria elaborar o seu Plano de Ação<sup>11</sup> e estar contido no seguinte contexto social que priorizava a realidade do Projeto em referência (BRASIL, 2000b):

- Todas as capitais, em função da concentração de jovens adolescentes e da maior prevalência de problemas envolvendo a faixa etária de 15 a 17 anos;
- Municípios que possuíssem menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, fornecido pelo IPEA) em relação à média regional.
- Municípios habilitados na gestão municipal, conforme estabelecido na Norma Operacional Básica da Assistência Social de 1999;
- Municípios cuja problemática envolvia jovens adolescentes para serem inseridos na Agenda Social definida pelo Estado;
- Municípios que desenvolvessem programas como PETI, Renda Mínima e Bolsa escola.

Na seleção dos municípios, no âmbito de cada Estado, deveriam ser priorizados os que somassem o maior número desses critérios supracitados. No contexto municipal, a seleção das comunidades para implantação do Projeto Agente Jovem (BRASIL, 2000b) deveria considerar dois importantes fatores:

1. Indicadores sociais mais relevantes para a problemática social identificada;
2. Formação de grupos de até 25 jovens adolescentes.

---

<sup>11</sup> Ver modelo no Anexo C.

Sobre o financiamento do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, foi feito com a participação das três esferas de governo – federal, estadual e municipal – em regime prioritário de cofinanciamento estrutural – no intuito de realizar um projeto que em suas metas prepararia o trabalhador do futuro, através do espaço (ociosidade) que ocupava a juventude dos anos 2000.

Na esfera federal, buscava-se a convergência de ações vinculadas a várias áreas, articulando-se com o Ministério da Saúde, Meio Ambiente, e Justiça, procurando otimizar recursos e garantir uma eficácia e eficiência nos resultados obtidos. Esse modelo deveria ser implementado em todas as outras esferas de governo. Vale ainda mencionar que se foi em busca também de estímulos a parcerias com a iniciativa privada mediante o patrocínio disponível do empresariado brasileiro.

A aplicação do recurso financeiro se deu por vias dos custos, sendo que cada jovem adolescente custou 1.000,00R\$ (mil reais) por ano letivo. Os recursos deveriam ser na prática utilizados para os seguintes pagamentos (BRASIL, 2000b):

- Bolsa mensal para os Agentes Jovens, no valor equivalente a 65,00 R\$ (sessenta e cinco reais);
- Bolsa mensal para os Orientadores Sociais, no valor também equivalente a 200,00 R\$ (duzentos reais);
- Hora-aula, no valor de 10,33 R\$ (dez reais e trinta e três centavos de reais), para os instrutores que trabalhavam com as diversas disciplinas na capacitação do Projeto Agente Jovem, onde estava previsto um total mínimo de 300 horas-aulas.

Entre os entes envolvidos no Projeto Agente Jovem para pagamentos das bolsas, estavam os Jovens adolescentes matriculados, os Orientadores Sociais e os Instrutores-Monitores. Tal provimento sempre ocorria logo após reunião com a Equipe Financeira dos municípios, que buscava os indicativos para:

- Resgatar a Lei do Fundo Municipal de Assistência Social para análise de responsabilidade de pagar as bolsas. Caso não estivesse previsto no orçamento, deveria ser encaminhada para a construção de emenda no legislativo municipal, ou seja, para a câmara municipal, onde os vereadores aprovassem por maioria de votos;
- Fazer convênios com ONGs, que por meio dos repasses de recursos financeiros pudessem executar o Projeto Agente Jovem.

As parcerias do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano foram desenhadas para um modelo de gestão intergovernamental e de caráter intersetorial, onde foi necessário, portanto, o amplo movimento de mobilização nas três esferas de governos e, especialmente, do poder público local, que buscou sempre parcerias com organizações não governamentais, setor empresarial e grupos de trabalho voluntário.

As responsabilidades atribuídas aos principais envolvidos na execução do Projeto Agente Jovem, foram muito bem enfatizadas no Guia de Orientação Para Gestores (BRASIL, 2000b), destacando os organismos participantes e suas determinadas ações no campo das políticas públicas de atenção à juventude vulnerabilizada, pobre e do risco social, porém persistentes em seguir seus objetivos de superação da sua realidade de pobreza:

✓ **Secretaria de Estado de Assistência Social:**

- Concepção, financiamento e avaliação do Projeto Agente Jovem;
- Coordenação da implementação e do acompanhamento do Projeto Agente Jovem;
- Garantir os recursos para atender despesas próprias com pessoal, material e outros custos, inerentes ao desempenho da referida Secretaria nos convênios;
- Avaliar a qualidade e o impacto do Projeto Agente Jovem;
- Aprovar os projetos técnicos elaborados pelos municípios;
- Promover a avaliação e o monitoramento do Projeto Agente Jovem executado;
- Assessoria a Estados e municípios para implementação do Projeto Agente Jovem;

✓ **Gestor estadual:**

- Monitoramento e avaliação;
- Assessoramento a municípios;
- Definição conjunta com o Governo Federal dos municípios a serem contemplados.

✓ **Gestor municipal:**

- Fornecer pessoal especializado para execução e acompanhamento permanente do Projeto Agente Jovem, ou diretamente ou por meio de universidade ou de organização não governamental de sua escolha, com comprovada especialização e competência na temática abordada;
- Promover o processo local de seleção dos participantes do Projeto Agente Jovem;
- Manter a SEAS permanentemente informada sobre o andamento das atividades pedagógicas e resultados obtidos;

- Aplicar os recursos da contrapartida em consonância com os previstos no Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
  - Monitorar e avaliar o Projeto Agente Jovem, ajustando os resumos, na perspectiva de melhores resultados;
  - Acompanhar a qualificação profissional dos inscritos no Projeto Agente Jovem;
  - Buscar a inserção do jovem adolescente no sistema educacional.
- ✓ **Patrocinador privado:**
- Repassar os recursos para a implementação e desenvolvimento do Projeto Agente Jovem, até atingir o valor acordado;
  - Ajustar com organização governamental de sua preferência, as formas comerciais e legais para repasse e controle dos recursos previstos;
  - Permitir, a priori, a adesão de outros patrocinadores ao acordo de cooperação, sem que isso gere qualquer forma de ressarcimento ou compensação, preservadas as individualidades;
- ✓ **Executora do Projeto Agente Jovem**
- Receber os recursos do município e pagar as bolsas dos Agentes Jovens, Orientadores Sociais e dos Instrutores ou Monitores;
  - Apresentar detalhamento dos conteúdos a serem abordados, especificando os instrutores (monitores), cargas-horárias e metodologias que foram aplicadas;
  - Responsabilizar-se pelos instrutores (monitores) necessários à aplicação da parte conceitual do projeto;
  - Elaborar relatórios periódicos sobre os detalhes operacionais do Projeto Agente Jovem tipo: assiduidade, motivação, rendimento, compreensão e propostas de ajustes identificados.
- ✓ **Jovens adolescentes inscritos no Projeto Agente Jovem**
- O jovem adolescente, maior agente e beneficiário do Projeto Agente Jovem, desenvolverá atividades adquiridas no Projeto na sua comunidade, as quais deviam ser planejadas pelos gestores municipais (Secretaria municipal ou congêneres) em conjunto com o seu Orientador Social, e tomando por base os indicadores sociais relativos a cada área de atuação no Projeto supracitado.

No que tange à área de atuação do corpo discente inscrito no Projeto Agente Jovem, esta foi intercalada com a iniciativa de produzir atividades na comunidade que abrangessem o campo da cultura, esporte e lazer, buscando e desenvolvendo talentos existentes em si e no próprio grupo social das cidades beneficiadas pela ação pública em questão.

#### ✓ **Orientador Social**

No Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, o Orientador Social era o responsável pelo dia a dia com os jovens adolescentes; acompanhava as ações dos agentes-alunos. O Projeto exigia que o Orientador Social em qualquer dos municípios do Brasil, tivesse a formação universitária em cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia, ou Serviço Social, para facilitar sua atuação na área social e possuir larga experiência em trabalhos com jovens adolescentes com passado de vulnerabilidade, pobreza e risco social.

Dependendo do município brasileiro, cada Orientador poderia ter turmas com até 25 alunos-agentes, onde deveria fazer o acompanhamento pedagógico dedicado à formação pretendida, ensejando alcançar as metas da qualificação profissional contida no Guia de Orientação Para Gestores (BRASIL, 2000b).

#### ✓ **Instrutores-Monitores**

O corpo docente do Projeto Agente Jovem era composto por professores, profissionais das diversas áreas (saúde, direito, ciências sociais e humanas, movimentos comunitários e ONG, além de gestores públicos), que ministravam as aulas definidas pelos coordenadores e orientadores do Projeto. Eles eram remunerados com o valor de 10,33 R\$ (dez reais e trinta e três centavos de reais), por hora-aula trabalhada. Ao todo, somaram-se 300 (trezentas) horas-aulas, divididas em seus respectivos módulos básico e específicos.

Os principais passos para a execução do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano no Brasil estavam estruturados na base das ações que se encontravam elaboradas pelos prefeitos municipais em suas realidades (BRASIL, 2000b):

- ❖ Definir as áreas no município onde os Agentes Jovens atuarão;
- ❖ Formalizar os convênios entre a prefeitura e a instituição privada;
- ❖ Realizar processo de seleção dos jovens adolescentes;
- ❖ Aplicar edital para a seleção dos jovens adolescentes (Anexo A);



- ❖ Realizar reunião com a presença dos orientadores sociais e instrutores/monitores para o planejamento da execução do Projeto Agente Jovem Social e Humano;
- ❖ Realizar aula inaugural para apresentar e explicar o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, em todos os seus aspectos gerais;
- ❖ Definir a data de início do curso de Agente Jovem;
- ❖ Convocar reunião com os jovens adolescentes selecionados e aprovados, para explicar onde e como será a atuação no Projeto Agente Jovem;
- ❖ Reunião com as famílias dos futuros agentes do Projeto Agente Jovem, para explicar o que é o Projeto e a importância do jovem adolescente estar pronto para ser inserido no mesmo;
- ❖ Desenvolver processos de capacitação do Agente Jovem;
- ❖ Definir a programação do curso, seguindo a orientação do Guia de Treinamento estabelecido no Guia de Gestores (BRASIL, 2000b);
- ❖ Estabelecimento da agenda de trabalho dos Agentes Jovens nas comunidades designadas pelos orientadores;
- ❖ Avaliação permanente do impacto do Projeto Agente Jovem, da satisfação da comunidade e do aluno agente.

Sobre os educandos, estes deveriam permanecer no sistema educacional, frequentando e participando do projeto já referido, para conjuntamente construir as ferramentas que pudessem ser utilizadas na sua preparação e no enfrentamento das exigências capitalistas do mercado de trabalho, no sentido de que o mesmo pudesse oferecer oportunidades para uma sobrevivência digna, onde o jovem adolescente não precisasse sobreviver de pequenas ajudas, ou bolsas paliativas dos governos estadual, municipal e federal.

O Projeto Agente Jovem foi considerado como muito importante para a juventude vulnerabilizada pelas mídias escritas e televisivas e pelos críticos de políticas públicas, sua atuação teve por base as experiências mais exitosas de protagonismo juvenil e procurou abranger todo o território nacional, contemplando todas as capitais e municípios do país (BRASIL, 2000b).

Tratou-se ainda de uma preparação, ou seja, capacitação profissional voltada para a atenção do jovem adolescente, que apresentava princípios de empoderamento, ou seja, que desejava melhorar seu futuro e intervir na sua realidade de pobreza e exclusão.

O projeto levou ainda o jovem adolescente, a atuar intergeracionalmente<sup>12</sup>, na tentativa de que evoluísse para o desenvolvimento pessoal e comunitário em suas regiões, logo após o seu desligamento do projeto ao atingir 18 anos e, para isso, estabeleceu dois grandes eixos temáticos a serem discutidos neste estudo.

Foi programado de acordo com o Projeto brasileiro e sua proposta destacou-se dentro de um perfil inovador, no qual sua pedagogia buscou fatores dinâmicos e de transformação, além de ter fundamentado a crença de que o jovem adolescente era a peça-chave de uma ação capaz de contribuir para o fortalecimento de uma política pública de assistência social de qualidade e por excelência.

Contudo, o referido Projeto estabeleceu uma série de objetivos a serem seguidos, para o alcance do sucesso da política social supracitada. Recorrendo a esses objetivos propostos do Projeto Agente Jovem, percebeu-se que para reinserir o jovem adolescente na convivência em sociedade, o Guia de Orientação para Gestores (BRASIL, 2000b), selecionou primeiro: apoiar o jovem adolescente na compreensão e constatação de que é possível planejar e construir o seu próprio sustento, bem como promover o resgate de vínculos familiares, comunitários, sociais, e inclusive pela centralidade das ações das famílias.

Estimular o jovem adolescente foi outro verbo de ação bastante utilizado no referido guia, onde o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade exigia instrumentos conceituais que permitissem ao jovem adolescente se superar, preparar-se para atuar de modo cooperativo na sua região e buscar a melhoria social para a sua comunidade através de uma seleção de objetivos prioritários à vida dos alunos ingressos.

No tocante à escolha dos objetivos selecionados Pelo Projeto Agente Jovem, o que mais chamou a atenção foi a preocupação dos fomentadores em direcionar a capacitação profissional dos jovens adolescentes em situação de vulnerabilidade, estado pobreza e risco social, para, na condição de “aprendizes”, atuar no mercado de trabalho formal, e para tanto sequenciou os objetivos da qualificação profissional (BRASIL, 2000b), estabelecendo primeiro:

- Apoiar o jovem adolescente na compreensão e constatação de que é possível planejar e construir seu próprio futuro;

---

<sup>12</sup> A palavra intergeracionalmente vem de “intergeracional”. Segundo a Professora da Universidade de Georgetown, em Washington WEISS, Edith Brow, significa: a relação que existe entre as gerações e comunidades que vivem no planeta. Dito de uma forma mais clara, ainda, pode ser: à ética da solidariedade “sincrônica” (entre as gerações atuais), somou-se a solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Tem como princípio a equidade e solidariedade. O sinônimo é “relação entre as gerações”. Disponível em: [www.achando.info](http://www.achando.info).

- Promover o resgate de vínculos familiares, comunitários e sociais, inclusive pela centralidade das ações na família;
- Estimular o jovem para o desempenho do seu papel de protagonista na sociedade;
- Oferecer instrumentos conceituais que permitam ao jovem adolescente se superar, preparar-se para atuar de modo cooperativo e contribuir para a transformação da própria comunidade na qual está inserido;
- Contribuir para a melhoria dos indicadores sociais, como decorrência da ação do agente jovem na comunidade; diminuindo os índices de violência, uso de drogas, DST/AIDS, gravidez não planejada.
- Preparar o jovem adolescente para o mundo (mercado) do trabalho;
- Inserção ou reinserção do jovem adolescente no sistema educacional.

Assim, a ação da política pública projetada para a tão esperada formação desses jovens adolescentes, não esteve restrita somente ao ato de contribuir para a melhoria dos indicadores sociais, como decorrência da ação do Agente Jovem (adolescente) no seu bairro. Mas prepará-lo para o mundo do trabalho e despertá-lo para a importância de estar fazendo parte do processo educativo da sala de aula, desenvolvendo seu potencial e despertando sua criatividade, melhorando seu domínio de se identificar na leitura, compreender o universo da escrita e aprender a dominar o mundo que o cerca (FREIRE, 1999b).

A educação, sustentada por Freire (1997, p. 110), fomenta o despertar e o ato instantâneo de alfabetizar o corpo discente de uma sala de aula, ou de uma escola para as competências da criatividade, desenvolvidas dentro e fora do contexto escolar, chegou a definir afirmações em seus relatos de experiência pedagógica, que o processo de ensino e aprendizagem da educação deve refletir que em qualquer dos seus aspectos,

jamais, tenta levar o aluno, para o mundo da massificação, não tenta inibir seus pensamentos; e, sem dúvida, não o oprime, não causa o impedimento da ruptura que leva o indivíduo à criatividade. Mas, liberta-o, para a quebra das correntes opressoras da sociedade, sem se utilizar da égide do castigo no processo de formação social.

Nesse sentido, o Projeto Agente Jovem baseou-se nos pressupostos, já referidos, de que os jovens adolescentes participantes deveriam ter garantia de acesso e permanência no cotidiano escolar para elevar seus conhecimentos e saberes necessários ao domínio de ultrapassar exigências constantes da política neoliberal, introspectada na forma de acessar todos os caminhos do mercado de trabalho no Brasil.

Portanto, os novos saberes e domínios de conhecimentos robóticos e tecnológicos, além da aquisição de expressões de línguas estrangeiras<sup>13</sup>, estiveram presentes na capacitação dos agentes jovens, para que eles pudessem exercê-los de forma ativa de acordo com a efetividade das ações sociais desenvolvidas pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social em suas comunidades, bairros e regiões.

E, para isso, era preciso que os agentes jovens tivessem permanente e sistemático acompanhamento de seus Orientadores Sociais<sup>14</sup>, aqueles que foram especialmente treinados e selecionados para essa função, durante a capacitação para os instrutores-docentes, e responsáveis pelo acompanhamento do alunado no Projeto Agente Jovem.

Quanto à sua atuação no Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, o jovem adolescente dentro do processo de capacitação profissional, deveria intercalar atividades de cultura, esporte, lazer, cidadania, saúde, meio ambiente e sexualidade, buscando em todos os momentos os talentos existentes em si próprio e no grupo social, associados à sua iniciativa de transformação, por possíveis mudanças sustentáveis numa realidade de difícil acesso a oportunidades para a juventude pobre.

E, assim, capacidades cognitivas e mentalidades intelectuais dos discentes do Projeto Agente Jovem foram desenvolvidas, aprimoradas para revolucionar e explorar as atividades pedagógicas, propostas pelo projeto em apreço, no sentido de erradicar as realidades de precariedade e exclusão social, bem presentes no campo daqueles que nunca desistiram da luta por acreditar em si mesmo como um ser vivo cheio de esperanças.

Contudo, o desejo desses jovens adolescentes vulnerabilizados em querer participar de uma qualificação profissional correta, adequada ao mercado do trabalho formal a partir dos anos 2000, foi o que manifestou o movimento juvenil em algumas capitais do Brasil, a buscar uma formação técnica eficiente e de qualidade, capaz de retirá-los da realidade do desemprego, fome e miséria, tão presentes nas populações pobres do país (PRATES, 2005).

Porém, uma educação técnica de qualidade, que de fato prioriza a formação profissional de jovens adolescentes que há tempos têm vivido no anonimato, e convivido com aspectos diários da vulnerabilidade, deve pregar em sua didática a construção de conhecimentos que valorizem a força de vontade da classe juvenil (ABRAMO, 1997).

---

<sup>13</sup> Inglês e Espanhol.

<sup>14</sup> Responsável pelos adolescentes; acompanhava as ações dos Agentes. Devia ter formação universitária que facilitasse a atuação dos inscritos no (Projeto Agente Jovem) na área social, e que possuísse experiência em trabalhos com jovens adolescentes vulnerabilizados, pobres e do risco social.

Nessa conjuntura descrita anteriormente, a qualificação do trabalho e dos trabalhadores não tem preocupado somente os teóricos e gestores do capital. Mas os críticos do capitalismo e defensores do trabalho, desde os clássicos até os dias atuais, têm discutido a importância da qualificação do trabalho formal no Brasil (MANFREDI, 1998).

Essa realidade supracitada não se reduz, para Freire (1997), à utilização de instrumentos capitalistas, que faz com que uns tenham mais que outros, permite que os objetivos das classes menos valorizadas desfaleçam perante a força da moira, da massificação e da opressão que exerce a sociedade do capital sobre aqueles que menos possuem, e que ainda retira do homem e da mulher o seu direito de escolha, sobrevivência e principalmente de sua independência financeira.

Foi nessa perspectiva que se efetivou a história do assistencialismo brasileiro e das políticas sociais a jovens adolescentes com pretérito de vulnerabilidade, pobreza e risco social, com referência à base de qualificação profissional e de inserção dessa juventude na sociedade e no mercado de trabalho (SPOSATI, 2007).

Ainda é possível descrever que desde o surgimento da assistência social no Brasil, o estado tem buscado mostrar um novo modelo para assistir e qualificar jovens adolescentes, que buscavam se aperfeiçoar na grande trajetória do ensino profissional. Nesse sentido, buscavam viver dignamente a superação de sua subsistência e em prol da qualidade de vida, acreditando-se que a ocupação de um espaço no mercado de trabalho formal poderia fortalecer os seus sonhos de um dia melhorar sua realidade diária.

Contudo, os registros do tempo têm como marco histórico; avaliações do passado que mostram que o ato estatal de acolher, inserir e de qualificar jovens adolescentes carentes, aqueles que viveram e vivem em miséria, os mais vulnerabilizados, ainda no século XXI, buscam atingir sua liberdade e o seu maior êxito na sociedade (ABERASTURY, 2002).

Portanto, o que se tem observado nas grandes capitais, cidades e metrópoles, tem sido o aparecimento desenfreado de uma juventude rural, periférica ou semiperiférica que almejava alcançar um trabalho formal, que pudesse não somente garantir sua subsistência, ou de sua família na sociedade, mas garantir seu êxito de superação na vida que nunca lhe foi fácil (OLIVEIRA, 2013).

Sobre essa tão sonhada conquista por um trabalho formal, foi possível identificar que muitas vezes, a capacitação para um trabalho com carteira profissional registrada poderia estar em políticas públicas como as praticadas pelo Projeto Agente Jovem, que entre suas finalidades

se comprometia em dar condições aos agentes jovens matriculados para enfrentar, superar e até transformar os obstáculos sociais<sup>15</sup>, que pudessem estar presentes na sua realidade cotidiana.

## 2.1 AS NORMAS

As normas do Projeto Agente Jovem estabeleceram determinados critérios para a participação dos jovens adolescentes na devida política pública, começando pela faixa etária 15 a 17 anos, e que os adolescentes dominassem plenamente os passos edificantes da leitura e da escrita, ou seja, que soubessem ler e escrever. E assim, interagissem com o processo da alfabetização a ponto de: conhecer sílabas, identificar palavras, realizar leituras, explicar contextos e produzir sua própria redação.

Tratando-se do processo sistemático da leitura e da escrita, Barbosa (1994, p. 115), defende que uma situação de leitura na escola ou em projetos e programas que priorizem a competência plena de tais habilidades, deve sempre apresentar e construir junto com o corpo discente o caminho para que se busque um equilíbrio específico e momentâneo entre o leitor, objetos e texto escrito.

De acordo com a educação praticada na pedagogia da libertação e estipulada nos propósitos do método do freirianismo<sup>16</sup>, tão defendido pelo educador e professor Paulo Freire, em suas teses de alfabetização e de leitura, verifica-se que há uma valorização muito forte em torno dos famosos temas geradores, que por sinal são muito bem aceitos pelos educadores brasileiros.

Brandão (2001, p. 51), a respeito da temática do domínio no processo de escrita e leitura, afirma que

o ato de aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se, está antes de qualquer coisa, ligado a noção de que o homem precisa ler o mundo, compreender o seu cotidiano, não por ações externas totalmente mecânicas de palavras. Mas, numa relação dinâmica que seja capaz de interligar linguagem e realidade para aqueles que desafiam a miséria todo dia ao acordar.

O Projeto Agente Jovem durante suas edições procurou aplicar em suas capacitações para o ensino profissionalizante, dinâmicas e recursos muito utilizados no ensino propedêutico (ZABALLA, 1998), como era o caso das frequentes produções textuais, leituras individuais e

---

<sup>15</sup> Fome, prostituição, drogas, furtos, mendicância, evasão escolar, criminalidade.

<sup>16</sup> Método de alfabetizar criado pelo educador Paulo Freire, cujas bases eram traças pelos Temas Geradores.

compartilhadas, apresentações de seminários e produção do perfil profissional mais adequado ao mercado de trabalho da década de 2000.

Entre as normas do Projeto Agente Jovem estavam registradas as características do perfil do jovem adolescente que o Projeto desejava formar para a reinserção social e o ingresso após o desligamento do projeto no mercado de trabalho formal. Para isso, o público-alvo deveria: apresentar traços de miséria, ser autor de atos infracionais e pertencer à família com padrão financeiro direcionado para uma renda per capita inferior ou igual a um salário mínimo (BRASIL, 2000b).

Estar inscrito em projetos e programas sociais<sup>17</sup>, também fazia parte dos requisitos anteriores. Mas, se o jovem adolescente fosse egresso de instituições de privações de liberdade, ou estivesse cumprindo a medida socioeducativa Liberdade Assistida, amparada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1991), era mais uma característica relativa, para atender as exigências do processo de burocratização do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.

O jovem adolescente em situação de vulnerabilidade, pobreza e risco social, foi e continua sendo no Brasil um sujeito à mercê da violência simbólica<sup>18</sup>, urbana e social (GOMIDE, 2003). Segundo Prates (2005, p. 41), tal situação não se resolve apenas com uma simples alfabetização. É preciso que o Estado forneça recursos de políticas públicas que possam assisti-los, dar a eles uma educação que possa prepará-los para o mercado de trabalho, onde possam viver honradamente contribuindo para o seu progresso, sem trilhar os caminhos da ociosidade, do abandono e da marginalidade.

Prates (2005) destaca, desde o início de sua análise, a visão de que o Estado tem de oferecer as condições necessárias para a juventude pobre, em aprender a ler, escrever e se identificar como pessoa edificante, transformadora de realidade onde predomina a fome e a miséria. Isso é mais que alfabetizar, é formar cidadãos aptos à convivência em sociedade, despertando a legitimidade do pensamento crítico que cada um ser humano tem na sua alma, para em conjunto com a sociedade superar os laços de pobreza que os cercam cotidianamente.

Para o nosso caso, Freire (1992, p. 11) dialoga com as proposições de Prates ao afirmar que:

---

<sup>17</sup> PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; BCC – Bolsa Criança Cidadã; BOLSA ESCOLA – Bolsa (de ajuda de custo) para manter o aluno frequentando a escola.

<sup>18</sup> O conceito de violência simbólica foi elaborado por Pierre Bourdieu (2005), sociólogo francês, para descrever o processo em que se perpetuam e se impõem determinados valores culturais. Ao ser colocada em prática, a violência simbólica legitima a cultura dominante, que é imposta e acaba sendo naturalizada.

educar um indivíduo, não é apenas decodificar os signos linguísticos, mas ensinar o ato de ler o mundo, pois a leitura precede a palavra e, no contexto educacional tem o poder: de modelar as almas e recriar os corações. Portanto, ela é a alavanca das mudanças sociais.

Outra situação importante na discussão das normas de adesão ao Agente Jovem foi a participação dos municípios no projeto, onde se exigiu que cada cidade apresentasse seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), fornecido pelo IPEA<sup>19</sup>, abaixo da média regional, para que a gestão municipal, ou estadual, pudesse encaminhar um projeto técnico, através de um ofício de solicitação emitido pelo prefeito ou governador, no caso do Estado, destinado ao titular da SEAS, acompanhados da CND/INSS atualizada, comprovante de Abertura de Conta Corrente específica para o Projeto Agente Jovem no Banco do Brasil S/A, vinculada ao FEAS ou FMAS e Plano de Ação preenchido (BRASIL, 2000b).

Além do IDH baixo, a cidade precisaria conviver com os vários problemas sociais relacionados no texto documental do Projeto Agente Jovem, a saber: gravidez indesejada, uso de materiais entorpecentes pela juventude local, alcoolismo, prostituição e violência escolar, causados pela presença da vulnerabilidade, estado de pobreza e risco social no segmento que pudesse alcançar o jovem adolescente (BRASIL, 2000b).

O número de jovens adolescentes a serem cadastrados no Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, estava restrito ao máximo de 25 inscrições anuais, dependendo da população municipal. Já o financiamento do Projeto se deu através de coparticipações das três esferas de governo: federal, estadual e municipal, fundamentando o princípio de contrapartidas individuais (BRASIL, 2000b).

O Poder Executivo Federal, considerado o principal mentor do projeto, durante o exercício do objetivo proposto, buscou convergir as ações vinculadas a diversas áreas, articulando-se com os Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e da Justiça. O intuito era aperfeiçoar recursos e garantir a eficácia dos padrões de culminâncias. Buscou-se, também, a parceria da iniciativa privada, mediante o patrocínio de empresários das multinacionais presentes no Brasil e das ações do voluntariado nacional.

Durante a execução do Projeto Agente Jovem, o governo federal procurou prestar contas da aplicação financeira direcionada ao projeto. E foi destinada a importância de um mil reais por ano para a manutenção de cada jovem adolescente matriculado.

---

<sup>19</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), é um dos centros de pesquisa e pensamento econômico mais respeitado do Brasil. E presidido atualmente por Carlos von Doellinger (2021). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=177](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=177).



Sobre esses recursos financeiros inerentes ao Agente Jovem, deveriam ser utilizados exclusivamente no pagamento de uma bolsa mensal aos participantes do projeto, estipulada no valor máximo de sessenta e cinco reais, e de duzentos reais aos Instrutores e Orientadores Sociais, pela prestação do serviço social e pedagógico atribuído à aplicação da política pública programada para ocorrer durante a vigência a cada trinta dias.

## 2.2 TÉCNICAS, MÉTODOS E METODOLOGIAS

A construção pedagógica do conhecimento profissional proposta aos jovens adolescentes do Projeto Agente Jovem, fugiu um pouco às normas e recursos do ensino técnico profissionalizante trabalhados durante a década de 2000. Pois, não se trabalhou em suas versões somente ferramentas tradicionais relativas e correlacionadas à qualificação profissional dos diversos cursos técnicos oferecidos pelas escolas técnicas da época.

Parte da didática aplicada e o ensino pedagógico do Projeto Agente Jovem apoiaram-se na sistematização do ensino propedêutico para compreensão e execução do ensino profissional, em que foi possível perceber os alunos-agentes produzindo textos e poesias, monólogos, peças teatrais e aulas-passeios em museus, praias, lixões e mirantes na geografia das suas moradas e cidades circunvizinhas.

Na metodologia adotada pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, ainda foram sugeridas práticas reflexivas de leitura e de escrita, sobre suas vidas, famílias e suas realidades, através da importância dos valores e ensinamentos que priorizavam: a ética, a moral e os bons costumes da sociedade local e regional.

Além das mudanças enfatizadas de comportamentos, trabalhou-se a preparação dos jovens adolescentes para atuarem não apenas com uma profissão, junto às suas próprias comunidades na área social (saúde, meio ambiente, sexualidade e cidadania), mas de modo que aqueles agentes pudessem desempenhar suas atividades de forma intergeracional nos locais que precisassem da ajuda do Projeto Agente Jovem, prontificando-os para encarar o mercado de trabalho da década de 2000.

A capacitação do jovem adolescente no Projeto Agente Jovem foi desencadeada por meio de uma metodologia que aproximou teoria e prática do ensino propedêutico para o ensino profissionalizante, mediante os conteúdos, recursos pedagógicos, instrumentos de avaliações e estágios realizados nas repartições públicas, além da interação pedagógica entre jovens adolescentes e equipe de professores que permearam as cinco versões do Projeto.

E através das ações dinâmicas fundamentadas na própria construção do processo de ensinar e aprender uma profissão, que de forma crítica e criativa, pôde ser considerada a realidade de vida de cada jovem adolescente e o resgate dos seus conhecimentos prévios, como fundamental para a base da formação dos trabalhadores do futuro dos anos 2000.

Para Freitag (2005, p. 118), o valor das atividades pedagógicas não se reduz à utilização de novos instrumentos no processo de ensino e aprendizagem, em qualquer espaço nos leva a acreditar que

a instituição do governo deve estar atenta para as atividades pedagógicas, psicológicas e sociais desenvolvidas por estes programas de assistências a adolescentes carentes e que os objetivos e metas traçadas para seu público-alvo não deixem de focar a formação desses inscitos para o convívio comunitário visando sempre à plenitude e a reflexão-ação no contexto histórico-social.

A proposta metodológica utilizada de forma inovadora no Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, ao abrigar a necessária flexibilidade, que permitiu as equipes municipais adaptá-la à realidade local, respeitando os valores sociais dos agentes jovens e conservando o máximo possível a essência original do projeto referido, foi em parte meio gerador de sonhos para um alunado que sempre desejou dias melhores para suas vidas de brasileiros que não desistem nunca dos seus verdadeiros objetivos.

A capacidade flexiva aplicou-se, inclusive, aos espaços físicos e na participação de profissionais conhecedores dessas peculiaridades, a fim de poder explorá-las ao máximo. Pretendia-se, assim, fazer com que a ação do Projeto Agente Jovem recuperasse o educando através das suas experiências e realidades, fazendo-o alcançar a condição de jovem aprendiz.

A metodologia adotada para se trabalhar o Projeto Agente Jovem buscou ainda o conhecimento e o passado dos jovens adolescentes. Os seus conhecimentos de mundo foram condições importantíssimas para a identificação desses alunos-agentes na sua comunidade e, sobretudo, no processo de ensino-aprendizagem do projeto

Outro fator relevante para o jovem adolescente enquanto aluno-agente, foi agregar novos saberes, conhecimentos e informações de caráter científico, para que pudessem alcançar o saber pretendido e os requisitos da intelectualidade na tentativa de disputar uma vaga no tão sonhado mercado de trabalho formal.

Esse saber, no entanto, deveria ser trabalhado buscando-se sempre a inovação, fugindo-se da aula magistral, da simples transferência de informações e conceitos. Tentava-se, assim, transpor as correntes da pedagogia da transmissão e do condicionamento para adotar a

pedagogia da problematização, que valoriza a experiência, a observação grupal da realidade, o diálogo e a participação como vitais para a adoção de uma ação transformadora de realidades.

O que de fato se pretendia no Projeto Agente Jovem era ouvir o futuro aprendiz, e construir com ele um conhecimento que pudesse operacionalizar a conquista por uma formação técnica, ou despertá-lo para que pudesse buscar uma formação futura em nível superior. Ao mesmo tempo, buscava-se despertá-lo para um novo projeto de vida e subsistência social, onde suas origens locais pudessem ser resgatadas dentro de um novo padrão de qualidade de vida que contribuisse para o alcance de uma profissão no mercado de trabalho formal.

### 2.3 CAPACITAÇÃO DOS AGENTES

O Projeto Agente Jovem teve por base experiências exitosas de protagonismo juvenil, procurou abranger todo o território nacional, contemplando todas as capitais e municípios. Tratou-se de uma preparação voltada para o jovem adolescente pobre, levando-o a interagir com a sociedade, e que evoluísse para o desenvolvimento pessoal e comunitário em suas regiões, logo após o seu desligamento do projeto ao atingir 18 anos e, para isso, estabeleceu dois grandes eixos temáticos durante sua capacitação pedagógica.

O processo de capacitação didático-pedagógico foi distribuído em dois grandes setores importantes, denominado não somente pelo parágrafo anterior, mas pelo Guia de Gestores (BRASIL, 2000b) como eixos temáticos. Assim, apresentou um núcleo básico e um núcleo específico. Com isso, buscou-se trabalhar nos cursos e oficinas do Projeto Agente Jovem a inserção dos jovens adolescentes, utilizando dinâmicas que pudessem favorecer a integração do grupo na sociedade do trabalho formal.

O núcleo básico com duração equivalente há dois meses era composto de temas que despertavam a autoestima do jovem adolescente, permitindo ao mesmo tempo conscientizá-lo do seu poder de transformação, sendo o momento em que o jovem adolescente iria conhecer melhor as ações do Projeto Agente Jovem, e o projeto iria conhecer melhor o jovem adolescente que estava matriculado na referida política pública de qualificação profissional.

No primeiro momento da formação pedagógica, foi trabalhada a inserção do jovem adolescente na dinâmica da capacitação de saberes prévios, utilizando técnicas de apresentação do indivíduo ingresso e de sua comunidade, além de fortalecer a integração do grupo social.

Na programação curricular do Projeto Agente Jovem havia um termo de compromisso, onde o jovem adolescente se comprometia em permanecer no curso e atuar na sua comunidade

como um agente de transformação social durante todo o curso de formação e estágios nas repartições públicas, sem ser remunerado como trabalhador estagiário.

Desde o início e durante todo o processo de formação, foram utilizadas dinâmicas de grupo, técnicas de reflexão e relaxamento, o que, em suma, proporcionava ao jovem adolescente viés para o autoconhecimento de habilidades em lidar com públicos onde pudesse perceber o seu papel, além de desenvolver valores éticos e conscientizar-se da importância de seu protagonismo, favorecendo o desenvolvimento de projetos pessoais sobre o seu futuro com novas perspectivas que buscavam independência e aumentavam seu poder de crescimento profissional, diante das dificuldades postas pelo mercado de trabalho formal desde os anos 2000.

Sobre os conteúdos dessa primeira fase, procuraram estimular a capacidade do jovem adolescente a buscar na educação desenvolvida no Projeto Agente Jovem a interpretação de sua realidade no contexto da superação, através de temas geradores. Principalmente, leituras de mundo a partir de temas como qualificação profissional, exigências da globalização na economia nacional, a realidade do Brasil durante a chegada dos anos 2000, além de direitos e deveres, responsabilidade, marcos normativos e legais.

Sobre isso Freire (1999a, p. 27) argumenta:

a educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

O Núcleo específico com duração restrita há quatro meses teve como propósito a especialização do jovem adolescente no Projeto Agente Jovem, garantindo-lhe a centralidade para assegurar a busca pelo protagonismo juvenil. A especialidade poderia ser escolhida entre os segmentos das repartições públicas das prefeituras e dos estados nas áreas da saúde, cidadania, sexualidade e meio ambiente, de acordo com decisão conjunta dos envolvidos no projeto para sua execução em sua área de moradia e circulação regional.

O planejamento das ações do campo de atuação dos jovens adolescentes, estabelecia que após uma análise criteriosa da situação a ser trabalhada pelo jovem adolescente, poderiam ser feitas quatro perguntas básicas: a primeira seria *por quê?*, e teria o sentido de levantar um pequeno diagnóstico da comunidade na tentativa de apontar os fatores de incidência de risco; a

segunda seria *para quem?*, com o objetivo de identificar o perfil da comunidade; a terceira seria *quando?*, e no sentido de preparar o período do desenvolvimento das ações; e, por último, *como?*, para pensar a infraestrutura que deveria ser oferecida aos sujeitos durante a fase de atuação do Projeto Agente Jovem (BRASIL, 2000b).

As equipes locais, através do Guia Específico de treinamentos técnico-pedagógicos (BRASIL, 2000b), cujo conteúdo programático estava definido pelos setores de saúde, justiça e meio ambiente, procuraram fazer com que os alunos-agentes pudessem adquirir conhecimentos e informações que lhes fossem úteis após o seu desligamento do Projeto Agente Jovem, através de alternativas que possibilitassem sua inserção no mercado de trabalho ou qualificação para geração de renda, e sua manutenção no sistema educacional.

Sobre o assunto Libâneo (apud GADOTTI, 2001, p. 55), alicerça que:

a pedagogia dos conteúdos, de sentido criticamente social, se afirma na emancipação das camadas populares e exige o domínio absoluto dos saberes, ou seja, conhecimentos construídos na escola como requisitos vitais para a sobrevivência e compreensão da prática social.

No entanto, foi preciso que se tivesse o cuidado com a preocupação exagerada da transmissão e da assimilação de conteúdos, do saber aplicado nas instituições escolares. Principalmente quando esta for a principal formadora desse saber a ser usado num futuro muito próximo.

No tocante ao processo de avaliação do Projeto Agente Jovem no que diz respeito à atuação dos jovens adolescentes na sua comunidade, o Projeto encarregava o Coordenador, juntamente com o Orientador Social, de acompanhar a atuação dos jovens adolescentes em suas localidades, para tanto a avaliação sistemática foi de fundamental importância.

Nesse sentido, a equipe gestora do Projeto Agente Jovem indicava algumas atividades práticas para serem desenvolvidas com o referido alunado (BRASIL, 2000b):

- Reunião avaliativa com os jovens adolescentes, podendo ser em grupo ou individual;
- Reunião avaliativa com os pais dos jovens adolescentes;
- Reunião com a comunidade onde os jovens adolescentes estavam atuando;
- Relatórios dos coordenadores e dos próprios jovens adolescentes.

Com relação ao monitoramento e ao processo de avaliação do Projeto Agente Jovem, registre-se que o monitoramento estava resumido a uma simples avaliação do processo de

formação desempenhada pelo Projeto (BRASIL, 2000b). E foi ainda muito importante porque, além de medir quantitativamente os ganhos e o alcance social do Projeto, foi um procedimento a ser adotado pelos gestores, objetivando a correção de rumos com vistas ao aprimoramento da política pública desenvolvida pelo Projeto Agente Jovem.

As atividades sistematizadas para o monitoramento e avaliação do Projeto Agente Jovem estiveram presentes de acordo com os seguintes instrumentos avaliativos: supervisão do gestor local; entrevistas de avaliação envolvendo a família, a comunidade e os jovens adolescentes; reuniões de avaliação envolvendo gestores, orientadores, instrutores-monitores, o próprio jovem adolescente, famílias e parceiros do Projeto Agente Jovem; estudos de caso (experiências exitosas com registro de fotos e vídeo) e a criação de um sistema de informação sobre o Projeto Agente Jovem.

Portanto, o conhecimento sistematizado da escola pública ou privada, precisa e deve ser pensado, selecionado e organizado para a formulação de conceitos e objetivos, a serem atingidos na sociedade pela organização de como se deve proceder o processo de ensino e aprendizagem de uma instituição escolar, programas ou projetos de reinserção social e qualificação profissional.

O Projeto Agente Jovem, durante os primeiros cinco anos da década de 2000, como ação de uma política pública voltada para a capacitação de jovens adolescentes vulneráveis, pobres e do risco social, foi capaz de qualificar esses jovens adolescentes em toda a federação brasileira, preparando-os para enfrentar as exigências e os processos seletivos do disputado mercado de trabalho brasileiro, além de reinseri-los na vida educacional e social como seres críticos, pensantes e reflexivos, capazes de planejar, elaborar e praticar uma ação-reflexão-ação.

### **3 AS NARRATIVAS DOS EGRESSOS E O PROJETO AGENTE JOVEM EM RIACHUELO – RN**

Neste capítulo, demarca-se a aplicação do Projeto Agente Jovem em Riachuelo – RN, apresentando-se as narrativas dos egressos do Projeto no sentido de demarcar o lugar que passaram a ocupar no mercado de trabalho após a qualificação recebida.

Ao longo dos anos finais da década de 1990, a cidade de Riachuelo<sup>20</sup> se destacou na região Potengi por apresentar um grande número de jovens adolescentes desempregados e violentos, gerando muitos problemas sociais para o município. Foi com base na existência desses problemas sociais e na identificação do baixo IDHM<sup>21</sup> em relação à média nacional, que a cidade de Riachuelo – RN foi incluída nas políticas públicas de assistência social destinadas a menores em estado de vulnerabilidade, situação de pobreza e permanência no risco social.

O governo federal lançou o Projeto Agente Jovem no final do século XX, como uma política pública em todo o território nacional, como meio de qualificar profissionalmente jovens adolescentes vulnerabilizados, empobrecidos e do risco social para o mercado de trabalho formal, além de motivá-los para o reencontro com o ambiente escolar e a reinserção social.

Nesse contexto, a presidência da república no Brasil, buscou parcerias com os estados e municípios e, através das Secretarias de Estado de Assistência Social (SEAS), passou a investigar a questão do jovem adolescente (15 a 17 anos), vulnerável, em estado de pobreza e com passado de risco social, que antes não havia sido contemplado com políticas públicas, que pudesse qualificá-los para a aquisição de um espaço no mercado de trabalho formal.

O projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano foi uma nova proposta do governo brasileiro na ação da assistência social ao segmento da juventude vulnerabilizada. Principalmente, quando pensou em qualificar o jovem adolescente de comunidades periféricas para se articular e vivenciar o protagonismo juvenil nos diversos setores da sua região e do mercado de trabalho formal nos seus estados.

Inicialmente, o Projeto Agente Jovem, chegou aos municípios potiguares através da SEAS, que capacitou monitores e orientadores, e somente depois da capacitação da equipe

---

<sup>20</sup>A cidade de Riachuelo é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Norte, localizado na mesorregião do Agreste Potiguar, a 89 km da capital Natal, situado na Região Potengi.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/riachuelo.html>.

<sup>21</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): 0,300 (1999); 0,592 (2010).

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/riachuelo.html>.

pedagógica, buscou o seu público-alvo através de Edital de inscrição e efetivação de entrevistas, palestras e visitas às comunidades consideradas periféricas e semiperiféricas.

Sobre os primeiros passos de implantação no Projeto Agente Jovem em Riachuelo – RN, vale registrar as ocorrências das várias entrevistas, palestras, visitas técnicas da SEAS estadual e municipal, além de pedagogos convocados pelo município, cujo intuito era levantar um diagnóstico da realidade municipal para formar a primeira turma de Agentes Jovens da população riachuelense.

Dos momentos interativos de pesquisas, palestras e das visitas técnicas, resultaram um relatório denominado de Diagnóstico Social, e 125 jovens adolescentes, com idade de 15, 16 e 17 anos, participaram da seleção no intuito de conseguir uma vaga no Projeto Agente Jovem.

Todos os jovens adolescentes se apresentaram cheios de sonhos e metas; estávamos diante de homens e mulheres esperançosos, prontos para se engajar na luta em prol da sua reinserção social e qualificação profissional, além da busca por um espaço no trabalho formal, que pudesse ajudar aqueles jovens adolescentes na sobrevivência e na subsistência alimentar.

Porém, nem todos os que desejaram ingressar no Projeto Agente Jovem, conseguiram ser selecionados para uma vaga no município de Riachuelo – RN. Muitos daqueles jovens adolescentes habilitados ao ingresso do projeto, precisaram do apoio político de legisladores e da própria gestão municipal da época para lhes garantir a vaga tão sonhada.

A maioria dos jovens riachuelenses alistados para o Projeto Agente Jovem que necessitavam realmente participar do Projeto, ficaram de fora dos selecionados, tornando-se aptos para compor o Quadro de Reserva, ou seja, esperando que houvesse a desistência de algum jovem adolescente considerado aprovado.

Contudo, foi notório em quase todas as edições do Projeto Agente Jovem, nos anos 2001 a 2005, em Riachuelo – RN, a não aprovação dos jovens adolescentes que faziam oposição à política administrativa e partidária da gestão municipal. Isso fez com que muitos dos jovens adolescentes com passado de vulnerabilidade, empobrecimento e risco social na cidade de Riachuelo – RN durante os anos 2000, ficassem às margens da exclusão social, do desemprego e do processo de desfiliação.



### 3.1 EXCLUSÃO SOCIAL, DESEMPREGO E DESFILAMENTO

A ação e as atitudes dos governos estatais sobre qualificação profissional para jovens adolescentes com passado de vulnerabilidade e seus congêneres<sup>22</sup>, não têm encontrado a solução adequada para melhorar a realidade dessa juventude no trato do trabalho formal, principalmente a partir dos anos 2000.

Essa mesma juventude, desde o final da década de 1990, nos municípios brasileiros, tem sido dispensada e menos aproveitada nos quadros de trabalho e emprego, ou quase sempre enquadrada no desfilamento da sociedade do trabalho formal nesta federação brasileira.

Em estudos publicados por Suplicy (1999, p. 61), a autora afirma que no momento em que o (jovem) adolescente se descobre como ser humano nessa fase, ele irá percorrer um longo caminho que o fará sofrer três grandes perdas. A primeira apontada pela psicóloga é justamente a perda do corpo de criança, em seguida a da identidade infantil e, por fim, a dos genitores idealizados.

O jovem adolescente, sem perceber, perde o seu corpo de criança, conforme aponta Suplicy (1999), mas ainda não tem um corpo de adulto. E isso o levará a um mundo de pensamentos recheados de dúvidas e de desconforto, pois anseia por uma definição. Procurar se afastar de grupos infantis é um aspecto que mostra o desligamento dos interesses de crianças. Porém, muitas vezes, o jovem (adolescente) se surpreende desenvolvendo atitudes puramente do jardim da infância.

A busca constante do jovem adolescente por companhias de colegas e professores é o anúncio de que houve a renúncia extemporânea da modificação do laço familiar entre pais e filho, estabelecendo a busca constante de outra identidade no seu novo grupo social (GOMIDE, 2003).

Anna Freud (apud SUPPLICY, 1999, p. 67), sobre a natureza do processo pelo qual deve passar o ser humano na fase da adolescência, afirma que

é normal para o [jovem] adolescente se comportar de maneira inconsciente e não previsível. Lutar contra seus impulsos e aceitá-los; amar seus pais e odiá-los; ter vergonha de reconhecê-los perante outros e querer conversar com eles; identificar-se e imitar os outros enquanto procura uma identidade própria. O jovem adolescente é idealista, artístico, generoso e pouco egoísta como jamais o será novamente, mas também é o oposto: egoísta, calculista, autocentrado.

---

<sup>22</sup> Vulnerabilidade, risco social, violência, fome e drogas.

A representação da adolescência (segunda infância), enquanto referida a um sujeito com estatuto próprio, ocupando, portanto, um lugar social específico, é uma construção delineada pela modernidade. No interior dessa discussão, verifica-se também o pioneirismo de Ariès (2006), entre os teóricos da história da adolescência (segunda infância).

Em *História social da criança e da família* (ARIÈS, 2006, p. 07), o autor aponta que as formas pelas quais os adultos concebem a adolescência (segunda infância) vêm sofrendo alterações desde o final da Idade Média. Essas alterações ocorreram em conjugação com várias outras transformações, entre as quais destacamos a institucionalização da escola pública, o reordenamento da dinâmica no interior da família, passando o jovem adolescente a ser o centro de proteção e de cuidados sociais.

Na história da humanidade as pessoas não nascem anjo ou demônio. Não nascem para praticar o bem, ou o mal, florescem para a vida. Como tal, muito cedo se abre espaços para sonhos que buscam sempre a liberdade. O jovem mais liberto não é autossuficiente, mas o mais solitário. A liberdade nunca é absoluta. Como seres livres, podem-se aceitar as boas, ou más influências do meio em que crescemos e vivemos (ABERASTURY, 2002).

Apartir de estudos de Gomide (2003), verifica-se os apontamentos da autora para afirmação de que um adolescente não se tornará vulnerável, e até infrator, simplesmente pela força da “moira”, ou do destino, para aqueles que acreditam assim; muito embora as forças condicionantes dos aspectos psicológicos, sociais, biológicos e capitais possam assegurar uma presença muito forte da realidade no comportamento do indivíduo.

Para Vygotsky (1991, p. 144), sobre o seu fundamento básico de que o homem é fruto do meio, se estabelece que o homem (adolescente) não nasce em um mundo natural. Ele nasce em um mundo humano, onde começa sua vida em meio a objetos e fenômenos criados pelas gerações que o precederam e vai se apropriando deles conforme se relaciona socialmente e participa das atividades e práticas culturais.

O jovem adolescente, nesse caso, está em constante interação com os adultos, que compartilham com ele seus modos de viver, de fazer as coisas, de dizer e de pensar, integrando-o aos significados que foram sendo produzidos e acumulados historicamente. As atividades que ele realiza, interpretadas pelos adultos, adquirem significados no sistema de comportamento social do grupo a que pertence (GOMIDE, 2003).

Nesse processo interativo, as reações naturais, herdadas biologicamente de respostas aos estímulos do “meio” (tais como a percepção, a memória, as ações reflexas, as reações automáticas e as associações simples) se entrelaçam aos processos culturalmente organizados

e vão se transformando em modos de ação, de relação e de representação humana, onde o jovem adolescente “aprende a ser homem” (GOMIDE, 2003).

Tomando o recorte temporal desta pesquisa como referência (2001 a 2005), para tratarmos da questão da exclusão social de jovens adolescentes vulneráveis em Riachuelo – RN, verifica-se que no Brasil e nos pequenos municípios que constituem a federação brasileira, a maioria dos atores de protagonismo juvenil advindo das periferias e das pequenas cidades do nordeste do Brasil, tem se apresentado como sobrevivente da exclusão social (SANTOS, 2008).

Ao confrontar as situações de instabilidades sociais, sustentadas em estudos sob a visão da exclusão social, diversos autores elaboram críticas a respeito do uso acentuado do conceito de exclusão, devido a sua utilização permanente em estudos e pesquisas do cotidiano. As significações do conceito poderiam ser trabalhadas separadamente, a lógica social e individual que acompanha o conceito de exclusão poderá não encontrar a compreensão das realidades que se deve buscar quando são homogeneizadas (CASTEL, 1998).

Sobretudo, perder um lugar antes ocupado na sociedade, e principalmente na área do trabalho formal, pode ser entendido como um fator de exclusão. Muito embora o conceito abranja muito mais problemas sociais e de cotidiano no seu legítimo significado que um universo de segmentos populacionais (PAUGAM, 1999).

Para Paugam (1999), exclusão e pobreza estão amplamente ligados. Tal relação pode apontar para o real processamento da exclusão social em diferentes contextos, passando a ser compreendida a partir das consequências presentes nas relações de trabalho. Principalmente, quando o indivíduo encontra-se no teor da precariedade da qualificação profissional, e nas relações desestruturantes causadoras do desemprego na sociedade do capital.

Enfocando ainda as afirmações do autor supracitado a respeito da exclusão, em seu texto *Abordagem sociológica da exclusão*, ele afirma que os trabalhadores que se encontram numa situação de precariedade profissional, ou de desemprego, permanecem cada vez mais isolados a partir do ponto vista social. A exclusão ainda pode ser a grande produtora da miséria e da pobreza, porque ela tem poderes para retirar dos indivíduos a estabilidade das relações conquistada por eles no campo do trabalho formal.

Retomando os estudos de Castel (1998) sobre exclusão social. Ele recomenda encontrar sempre a lógica dessa exclusão social, considerando que esta não encontra seu esgotamento apenas no afastamento do trabalho formal, uma vez que os indivíduos sociais tendem a passar pela destruição dos valores que integram instituições como a família e o trabalho no campo dos valores tradicionais, alcançando o mais alto patamar de precariedade material e de impotência perante a perda de espaços preenchidos na sociedade.

Exclusão social seria, ainda nas palavras de Oliveira (2013, p. 230) as consequências para aqueles que permaneceriam nas zonas mais periféricas, mais sofridas da sociedade, e não por opção, mas por terem nascido nela. E, com isso, sofrem a perda de não poder ocupar um lugar no mercado de trabalho formal, sendo obrigados a povoar o isolamento social da esfera não produtiva e permanecer no grupo daqueles que estão sem receber salários.

E sobre a sociedade salarial, Castel (1998), expoente dessa temática, problematiza a questão de que os indivíduos que ficam de fora da esfera produtiva, se comprometem com a existência da esfera referida, gerando as *redes de sociabilidades*, fazendo com que os indivíduos construam as zonas de *coesão social*, que fazem o indivíduo alcançar a *desfiliação*, ou seja, a ausência de inscrição dos sujeitos em estruturas que possam ter um sentido social reconhecido e melhor ampliado na sociedade.

No final da década de 1990, as agendas governamentais para a qualificação profissional de agentes com passado de vulnerabilidade, ganharam algumas modificações pedagógicas, além do tecnicismo continuado e preponderante na didática de programas e projetos, que se prontificaram a desenvolver tais qualificações no intuito de preparar e inserir jovens adolescentes com um retrato de miséria nos setores de trabalho formal.

As notáveis metamorfoses do sistema capitalista em querer metodizar as mais diferentes formas de ingresso no mercado de trabalho, ao longo da década de 2000, não ampliaram e não incorporaram rapidamente a política econômica do processo da globalização e do neoliberalismo, por serem talvez os maiores causadores da desigualdade social no Brasil (SANTOS, 2008).

E tem se notado que o aumento da desigualdade social em países como o Brasil vem consideravelmente alcançando novos patamares desde o final da década de 1990, como é o caso dos trabalhadores que perderam seus empregos, mesmo sendo alfabetizados, capacitados e principalmente detentores de diplomas de níveis superior. Isso tem levado os trabalhadores demitidos e desempregados para o grupo dos desfiliaados (CASTEL, 1998).

Com essa situação de aumento da exclusão social em meio às diversas populações de trabalhadores, entre eles os jovens adolescentes que buscaram se capacitar, através das ações de políticas públicas de qualificação profissional dos governantes brasileiros, percebe-se que esses entes sociais têm partes na referida exclusão.

É notável o aumento dos vários problemas sociais imbuídos na vida cotidiana dessa juventude com passado de vulnerabilidade, como, por exemplo, não é difícil encontramos jovens adolescentes nos sinais de trânsito nas grandes capitais, e até às margens das rodovias federais e estaduais, nas entradas de quiosque e restaurantes; praticando a mendicância, o que

indica falhas das políticas públicas que pregaram e ainda pregam a qualificação e a inserção social para os mais pobres e mais carentes, alardeando que elas funcionaram e funcionarão, a ponto de atingir seus objetivos de inclusão que não agrega.

Sobre a exclusão social, Santos (2008) aponta a falta de distribuição de renda a entes periféricos e semiperiféricos, como um fator de desigualdade, para aqueles que sobrevive sem trabalho. A “vagabundagem” tem sido uma porta aberta para esses entes excluídos, porque viver de forma marginal e delinquente é a condição que o capitalismo tem ofertado para o indivíduo desempregado viver sem um trabalho formal.

Pode-se dizer ainda que o indivíduo que não consegue se inserir no mercado de trabalho formal por não condizer com as exigências do capitalismo, é um sujeito à mercê da informalidade, caso busque viver o seu dia a dia praticando bicos, pequenos serviços nas atividades do trabalho informal (vendedores de água mineral nos sinais de trânsito, castanha de caju, cocadas e feijão-verde nas rodovias federais).

Na afirmação de Guareschi (2001), os indivíduos sociais não possuem a exclusão em si mesmo. O excluído terá sempre sua realidade interligada a outras. E o autor ainda reforça que o sujeito excluído deve ter uma origem, deve-se saber por quem esse ser é excluído, e deve-se também perguntar qual o cenário que identifica toda a sua vida de exclusão social.

Em muitos outros trabalhos acadêmicos, percebe-se a diversidade de abordagens teóricas relacionando sempre o fator da exclusão ao papel dimensional da política econômica. Principalmente, quando o tema é trabalho formal no Brasil pelas vias da política social, das ações governamentais e pela pluralidade das diversas culturas que envolve o mercado de trabalho no país (SPOSATI, 2007).

Assim, buscaremos aprofundar a análise, considerando que o nosso campo empírico é o Projeto Agente Jovem, que qualificou adolescentes no município de Riachuelo – RN, em estado de vulnerabilidade, pobreza e risco social na convicção de incorporá-los, após seu desligamento do projeto, ao mercado de trabalho formal, ambiente escolar e a reinserção social. E a especificidade dos sujeitos selecionados, objetos de estudo da nossa pesquisa, foram os egressos que estiveram matriculados nas cinco edições da política pública referida no período compreendido entre 2001 e 2005.

### 3.2 OS EGRESSOS DO PROJETO

A juventude da cidade de Riachuelo – RN, em estado de vulnerabilidade, pobreza e risco social, passou por cinco edições do Projeto Agente Jovem em um período de cinco anos, 125

jovens adolescentes realizaram distintos cursos, minicursos e oficinas de capacitação profissional para a seleção do mercado de trabalho formal no decorrer da década dos anos 2000.

Os jovens riachuelenses, personagens principais deste estudo, sobreviveram até os dias atuais (2021) com poucas garantias de trabalho e subsistência. A oferta de emprego em Riachuelo – RN, sempre foi muito escassa, isto por se tratar de uma cidade de pequeno porte, onde a presença do trabalho informal sempre foi constante, sobretudo porque o município fica às margens da BR – 304.

Sobre as condições econômicas da população<sup>23</sup> de Riachuelo – RN, na época da implantação do Projeto Agente Jovem, havia aqueles moradores que viviam do salário que recebiam dos poucos serviços públicos, e os cidadãos mais velhos que conseguiam se sustentar através do salário do antigo FUNRURAL<sup>24</sup>. Sobre a oferta de trabalho formal no município referido, sempre foi muito deficitária.

Já os moradores mais pobres, viviam da colheita da agricultura familiar vinculada ao contrato de (comodato)<sup>25</sup> rural: onde o feijão e o milho plantado nas terras dos fazendeiros teriam de ser divididos com eles, entre os anos finais de 1990 e o início do século XXI.

O jovem adolescente, ao qual já nos referimos, viveu na pele os sofrimentos do risco social e não encontrou muitos caminhos para melhorar sua vida cotidiana. Portanto, muitos deles foram enfrentar a sociedade de forma agressiva e violenta, buscando muitas vezes a convivência no mundo do crime e na marginalidade para viver na ilusão de superar sua situação de pobreza e miséria na cidade de Riachuelo – RN.

A realidade desses jovens adolescentes em situação de vulnerabilidade, estado de pobreza e risco social, nos municípios da república brasileira, ganhou um marco inspirador de mudanças na aquisição do direito, a partir de 5 de outubro de 1988. Desde então, o Art. 227 da Constituição do Brasil (1988, p. 112), determinou que:

é dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, além de colocá-lo a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

---

<sup>23</sup> 5.805 habitantes. Fonte: IBGE, 2000.

<sup>24</sup> Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

<sup>25</sup> Contrato de Comodato Rural é um contrato onde uma das partes (comodante) entrega à outra (comodatário) um imóvel coisa, a fim de se servir dela por um tempo ou uso determinado, com a obrigação de restituir o mesmo imóvel recebido. O contrato de comodato tem previsão legal no Código Civil brasileiro, nos artigos 579 a 585, além do Estatuto da Terra – Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964.

Nesse sentido, o mais novo direito nacional do jovem adolescente acabara de nascer, o que, sem dúvida, resultou na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, surgindo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O sujeito que antes não tinha identidade própria, muito menos categoria, ganhou, com a implantação dessa nova lei, a oportunidade de ser considerado “sujeito de direitos”; mesmo que esteja sob alguma consequência de infrações, não pode ser responsabilizado penalmente (VOLPI, 2005).

O jovem adolescente em situação de risco social deve ser encarado como pessoa em desenvolvimento e jamais excluída da sociedade. Trata-se de um sujeito inegável de direitos e destinatário de proteção integral. Na visão de Volpi (2005, p. 14), sua condição de “sujeito de direitos” implica necessidade de sua participação nas decisões de seu interesse e no respeito a sua autonomia e no contexto do cumprimento das normas legais.

Durante os anos 2000, vivia-se em uma sociedade que possuía um contexto político-econômico extremamente excludente. Os níveis elevados e permanentes de desemprego estrutural, a fragilização dos vínculos familiares, a expressão da violência acentuada contra o jovem adolescente em situação de risco, foi um fenômeno apontado por Bernal (2004, p. 118.) como crescente no contexto familiar e na íntegra social das sociedades periféricas e semiperiféricas do Brasil.

Outro fator que causou a exclusão social e a miséria para aqueles que viveram a vulnerabilidade social da década de 2000, foi a pauperização<sup>26</sup>, que fez com que as famílias, a exemplo dos moradores de Riachuelo – RN, no Rio Grande do Norte, passassem a depender quase que exclusivamente dos recursos de entidades assistenciais, levando seus familiares a um processo de degradação e perda da identidade de trabalhadores cidadãos.

O jovem adolescente com pretérito na vulnerabilidade, no estado de pobreza e no risco social, tem enfrentado, desde a década de 1990, um momento histórico desconfortável para a sua categoria, marcado pelo contexto político-econômico do fenômeno da globalização e da ofensiva neoliberal (GERMANO, 1997). Ele tem sido pego pela desestabilização das políticas públicas, negação de valores éticos, conflitos, mascaramento da realidade de mundo onde prevalece a desigualdade social.

De acordo com estudos de Germano (1997, p. 99), o processo da globalização e o neoliberalismo acabou com as populações pobres, criou uma nova pobreza e ampliou a precarização de oportunidades de trabalho. A evolução da globalização na situação em que se

---

<sup>26</sup> Empobrecimento.

encontrava o povo brasileiro de 1990 para 2000, estava deixando muita gente (jovem adolescente pobre) de fora das oportunidades de sustento para sua sobrevivência.

Ser alguém nascido da precisão é, antes de tudo, ter uma imagem negativa para a sociedade elitista que se sobressai para o mundo mostrando o desempenho do protagonismo classístico dos que dispõem de riquezas. A elite brasileira fez de tudo para esconder a cara dos jovens adolescentes que muitas vezes na periferia conquistaram e desenvolveram grandes momentos da história do trabalho formal, [os jovens adolescentes], (NOVAES, 2007).

No caso dos jovens adolescentes atendidos no Projeto Agente Jovem, a partir da sua primeira turma na cidade de Riachuelo – RN, no ano de 2001, apresentavam uma relativa regularidade na distribuição das variáveis: cor, raça, sexo, medidas socioeducativas, localização, faixa etária e escolaridade, conforme pode se visualizar na tabela abaixo:

**Tabela 1:** Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por cor/raça.

| PROJETO AGENTE JOVEM           | ANO  |      |      |      |      |      |
|--------------------------------|------|------|------|------|------|------|
|                                | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Perfil dos jovens adolescentes |      |      |      |      |      |      |
| <b>COR/ RAÇA</b>               |      |      |      |      |      |      |
| Parda                          |      | 12   | 05   | 08   | 08   | 05   |
| Preta                          |      | 03   | 05   | 02   | -    | -    |
| Branca                         |      | 10   | 10   | 15   | 17   | 20   |
| Amarela                        |      | -    | -    | -    | -    | -    |
| Indígena                       |      | -    | -    | -    | -    | -    |
| Quilombolas                    |      | -    | -    | -    | -    | -    |
| Total geral                    |      | 25   | 25   | 25   | 25   | 25   |

**Fonte:** Relatório/Diagnóstico. Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Ação Social de Riachuelo – RN (2006).

Além disso, observa-se que a presença das mulheres participantes no Projeto Agente Jovem, apenas nas três últimas edições, sempre esteve acima de 50% das vagas do Projeto, chegando a atingir o patamar de 93% das vagas no ano de 2004.

**Tabela 2:** Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por sexo.

| PROJETO AGENTE JOVEM           | ANO  |      |      |      |      |      |
|--------------------------------|------|------|------|------|------|------|
|                                | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Perfil dos jovens adolescentes |      |      |      |      |      |      |
| <b>SEXO</b>                    |      |      |      |      |      |      |
| Masculino                      |      | 13   | 14   | 11   | 07   | 12   |
| Feminino                       |      | 12   | 11   | 14   | 18   | 13   |
| Total geral                    |      | 25   | 25   | 25   | 25   | 25   |

**Fonte:** Relatório/Diagnóstico. Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Ação Social de Riachuelo – RN (2006).



A participação das jovens adolescentes mulheres no Projeto Agente Jovem esteve acima da média na composição da população juvenil da Região Potengi para o mesmo período (2001 a 2005). Entre outros fatores explicativos, deve-se considerar que houve elevação nas taxas de cumprimento de medidas socioeducativas por meninos e meninas.

No tocante ao cumprimento de medidas socioeducativas, todas as edições registraram a matrícula de jovens adolescentes em cumprimento a medidas socioeducativas, acima de quatro alunos, com exceção do ano de 2003, em que apenas um estava escrito para advertência. Esse foi um dos fatores sociais que contribuiu para o ingresso do município no Projeto Agente Jovem, e que chamou atenção do estado para que houvesse mais aplicação de ação pública no município na tentativa de combater as mazelas (desemprego, ociosidade, marginalidade) que atacavam a juventude local.

**Tabela 3:** Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por cumprimento de medidas socioeducativas.

| PROJETO AGENTE JOVEM                      | ANO  |      |      |      |      |      |
|---|------|------|------|------|------|------|
|   | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Perfil dos jovens adolescentes            |      |      |      |      |      |      |
| <b>MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS</b>            |      |      |      |      |      |      |
| Advertência                               |      | 05   | 05   | 01   | 04   | 04   |
| Obrigação de reparar o dano               |      | 07   | 06   | 05   | 04   | 04   |
| Prestação de serviço à comunidade         |      | 05   | 08   | 09   | 12   | 10   |
| Liberdade assistida                       |      | 04   | 06   | 07   | 05   | 01   |
| Internação em regime de semiliberdade     |      | -    | -    | -    | -    | -    |
| Internação em estabelecimento educacional |      | -    | -    | -    | -    | -    |
| Total geral                               |      | 21   | 25   | 22   | 25   | 19   |

**Fonte:** Relatório/Diagnóstico. Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Ação Social de Riachuelo – RN (2006).

Outro ponto que chamou atenção na distribuição das vagas do Projeto Agente de Desenvolvimento Social e Humano, foi o descaso do poder público para com a juventude da zona rural, pois houve uma participação muito reduzida desse público, tendo em vista que eram moradores das localidades empobrecidas, carentes e distantes do centro da cidade de Riachuelo – RN.

**Tabela 4:** Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por localização.

| <b>PROJETO AGENTE JOVEM</b>    | <b>ANO</b>  |             |             |             |             |             |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Perfil dos jovens adolescentes | <b>2000</b> | <b>2001</b> | <b>2002</b> | <b>2003</b> | <b>2004</b> | <b>2005</b> |
| <b>LOCALIZAÇÃO</b>             |             |             |             |             |             |             |
| Zona Urbana                    |             | 20          | 23          | 20          | 24          | 23          |
| Zona Rural                     |             | 05          | 02          | 05          | 01          | 02          |
| Total geral                    |             | 25          | 25          | 25          | 25          | 25          |

**Fonte:** Relatório/Diagnóstico. Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Ação Social de Riachuelo – RN (2006).

Sobre esses jovens adolescentes de vida rural, vale lembrar que eram os que mais precisavam da bolsa (65,00 R\$), ofertada pelo projeto Agente Jovem, que não realizava o pagamento mensal, como estava escrito na documentação que regia o referido Projeto, o que fazia certa diferença na vida financeira daqueles pequenos trabalhadores de currais de gados das fazendas da época (2001 a 2005), candidatos, moradores de casebres equidistantes da zona urbana, que conseguiam ser inseridos no Projeto.

Quanto à distribuição dos jovens beneficiários por faixa etária, constata-se que se concentravam na faixa etária de 15 a 18 anos. Os dados da tabela indicam que, a partir da segunda edição, houve um aumento considerável na proporção de jovens adolescentes no Projeto Agente Jovem de 16 e 17 anos.

**Tabela 5:** Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por faixa etária.

| <b>PROJETO AGENTE JOVEM</b>    | <b>ANO</b>  |             |             |             |             |             |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Perfil dos jovens adolescentes | <b>2000</b> | <b>2001</b> | <b>2002</b> | <b>2003</b> | <b>2004</b> | <b>2005</b> |
| <b>FAIXA ETÁRIA</b>            |             |             |             |             |             |             |
| 15 anos                        |             | 20          | 10          | 02          | 15          | 04          |
| 16 anos                        |             | 02          | 08          | 15          | 06          | 10          |
| 17 anos                        |             | 01          | 05          | 06          | 02          | 10          |
| 18 anos                        |             | 02          | 01          | 02          | 02          | 01          |
| 19 anos                        |             | -           | 01          | -           | -           | -           |
| Total geral                    |             | 25          | 25          | 25          | 25          | 25          |

**Fonte:** Relatório/Diagnóstico. Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Ação Social de Riachuelo – RN (2006).

Em 2003, 78,5% dos jovens adolescentes tinham 16 anos completos, e em 2005, 77,75% tinham 17 anos, percentual que não se atingiu nas edições anteriores. Da mesma maneira, também se observa no decorrer das edições do Projeto Agente Jovem, uma mudança expressiva do nível de escolaridade dos jovens selecionados, de tal forma que os jovens adolescentes com ensino médio incompleto passaram a ser preteridos, já que o Ministério do

Trabalho estabelecia o percentual máximo de 30% para jovens adolescentes com ensino médio completo.

**Tabela 6:** Perfil dos jovens adolescentes qualificados pelo Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN, 2001 a 2005. Identificação por escolaridade.

| PROJETO AGENTE JOVEM           | ANO  |      |      |      |      |      |
|--------------------------------|------|------|------|------|------|------|
|                                | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Perfil dos Jovens Adolescentes |      |      |      |      |      |      |
| <b>ESCOLARIDADE</b>            |      |      |      |      |      |      |
| Fundamental Incompleto         |      | 08   | 07   | 04   | 02   | 01   |
| Fundamental Completo           |      | 12   | 10   | 04   | 02   | 01   |
| Médio Incompleto               |      | 05   | 05   | 17   | 21   | 23   |
| Médio Completo                 |      | -    | 03   | -    | -    | -    |
| Total geral                    |      | 25   | 25   | 25   | 25   | 25   |

**Fonte:** Relatório/Diagnóstico. Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Ação Social de Riachuelo – RN (2006).

Sobre as três primeiras edições do Projeto Agente Jovem em Riachuelo, a experiência da primeira edição demonstrou que o ensino médio completo se constituía num requisito mínimo exigido pelo mercado de trabalho, daí a necessidade de homogeneização do nível de escolaridade, de modo a assegurar maiores probabilidades de cumprimento da meta de 30% de inserção dos jovens adolescentes qualificados (RIACHUELO, 2006).

Além dessas variáveis básicas, as condições socioeconômicas<sup>27</sup> das famílias estava baseada na agricultura de subsistência familiar. As motivações dos 125 jovens adolescentes para participar do Projeto Agente Jovem eram baseadas na busca por um futuro melhor para todos.

Em primeiro lugar, ressalta-se que a maioria dos jovens adolescentes atendidos em todas as edições do Projeto eram solteiros e solteiras. Moravam com seus pais e, não apresentaram gravidez<sup>28</sup> na adolescência durante sua permanência no Projeto Agente Jovem.

Em relação à composição do grupo doméstico, 21% dos jovens declararam que viviam em casas com até 4 membros, 46% em domicílios de 4 a 5 membros e 33% viviam em domicílios com 6 ou mais membros. Além disso, 70% dos jovens adolescentes moravam em domicílios em que apenas um membro da família trabalhava e 30% eram membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Escola (RIACHUELO, 2006).

A motivação inicial para participar do Projeto Agente Jovem era um segundo aspecto a ser destacado. Do total de respostas válidas, 62% tinham como o motivo principal iniciar ou

<sup>27</sup> Fonte: Diagnóstico-social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Riachuelo – RN, 2006.

<sup>28</sup> Fonte: Diagnóstico-social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Riachuelo – RN, 2006.

aprender uma profissão, 32% conseguir um emprego e apenas 2% gostariam de abrir o próprio negócio. Portanto, a expectativa inicial de boa parte dos jovens adolescentes girava em torno da aquisição da qualificação profissional e da inserção no mercado de trabalho (RIACHUELO, 2006).

Em síntese, o objeto de estudo desta pesquisa foram jovens adolescentes pobres, oriundos de famílias de baixa renda, moradores de bairros populares e da zona rural riachuelense, geralmente estigmatizados como lugares marginais, que viviam em domicílios em que apenas um membro da família trabalhava, cuja motivação inicial era justamente o sonho de poder adquirir uma formação profissional, que lhes possibilitasse a conquista de um primeiro emprego no mercado de trabalho formal.

### 3.3 TRABALHO FORMAL E OS SONHOS DE APRENDIZ

Sonhar sempre foi uma meta visível aos olhos de quem testemunhou a convivência do alunado do Projeto Agente Jovem na cidade de Riachuelo – RN, onde a maioria dos agentes inscritos no projeto eram moradores da zona urbana. Mas nunca deixaram de exhibir seus sonhos. Sempre em busca de um trabalho formal, habitavam as principais ruas do bairro Nossa Senhora da Conceição<sup>29</sup>, o distrito de Serra da Formiga, Fazenda Bandeira, Cachoeira do Sapo e o famoso cortiço<sup>30</sup> dos Azevedos, que ainda está localizado no final da antiga entrada do município, próximo à Praça Manoel Quirino, desde a emancipação política da cidade, em 20 de dezembro de 1963.

Durante as dinâmicas das aulas do Projeto Agente Jovem, percebeu-se a desilusão dos alunos quando se perguntava: *qual a cidade que temos e qual a cidade que queremos?* Além disso, perguntamos: *qual a profissão que queremos?*

Sobre a cidade que eles tinham, os jovens adolescentes apresentavam em forma de desenhos, a pobreza da cidade, a falta de trabalho formal, a falta de incentivo e, principalmente, sua precariedade. Já sobre a cidade que queriam, desenhavam fábricas, empresas e indústrias que pudessem modificar o cenário de dificuldades que cercavam a sobrevivência das famílias daquele período (2001 a 2005).

---

<sup>29</sup> Bairro mais carente da história do município de Riachuelo – RN.

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS), 2021.

<sup>30</sup> Vila de casas habitadas por moradores em extrema pobreza, abrigo para aqueles não podiam pagar aluguel cedido por uma família política da cidade.

O direito a uma profissão foi também tema estudado pelos agentes jovens. Entre as profissões que mais se destacaram, podemos citar a profissão de Soldado Militar, esse era um dos sonhos da maioria dos estudantes/entrevistados do sexo masculino. Nesse grupo, ainda surgiram outras profissões, como foi o caso de técnico de enfermagem, pedreiro, professor, jogador de futebol, cantor, vaqueiro, motorista de ônibus, lavador de veículos, agricultor e advogado (RIACHUELO, 2006).

Já entre as meninas, a maioria delas sonhava em ser dona de casa, embora algumas jovens adolescentes sonhassem mais alto, almejavam a possibilidade de ser pediatra, psicóloga, enfermeira, contadora, advogada, farmacêutica, engenheira e professora (RIACHUELO, 2006).

O pensamento daqueles jovens adolescentes estava voltado para a aquisição de vestimenta e sobretudo de alimentos. Este último era o que eles mais falavam. Precisavam chegar logo em casa para comer *mortadela com feijão branco, e arroz acompanhado de suco de frutas em pó*. Mas havia aqueles que diziam que comiam somente a mortadela com feijão, porque não tinha o arroz, e acrescentavam farinha de mandioca.

Para eles, era sempre uma alegria quando no Projeto Agente Jovem, a coordenação servia um lanche à base de suco de frutas com cachorro-quente ou macarronada.

Salienta-se que o Projeto Agente Jovem, em todas as suas cinco edições na cidade de Riachuelo – RN, geralmente não servia lanches. Mas, uma vez ou outra, quando a gestão municipal recebia a visita da equipe estadual, mandava através da Secretaria de Ação Social, fazer uma merenda para ser distribuída com o corpo discente, educadores e visitantes.

Com isso, os jovens adolescentes contemplados pela Política Pública referida, respondiam as atividades com satisfação e boa frequência quando merendavam no âmbito educativo. Assim, teciam elogios ao projeto e participavam das aulas satisfeitos, sem nenhuma queixa relativa à alimentação servida durante as oficinas, cursos e minicursos do Projeto Agente Jovem. Para eles, era uma verdadeira festa o fato de se alimentar durante a realização das aulas, significando mais uma alternativa em suas vidas diárias, já que não tinham escolha no momento de compartilhar bons alimentos no convívio de suas famílias.

### 3.4 RELATOS DOS EGRESSOS

Ao reencontrar uma parte significativa dos egressos do Projeto Agente Jovem na cidade de Riachuelo – RN, percebemos que os egressos da turma (2001) que tinham na época 15, 16 e 17 anos, se apresentaram no ano de 2021 com exatos 36, 37 e 38 anos. Aceitaram participar das

entrevistas desta pesquisa, bem como autorizaram a utilização do material de imagem e depoimentos (Apeêndice B).

Falaram de suas trajetórias, das suas realidades diárias desde a participação no Projeto Agente Jovem até os dias atuais, muitos fatos sociais aconteceram e vastas transformações ocorreram em suas vidas. Muitos dos egressos, nos dias atuais, moram em outras cidades, e, para encontrá-los, percorremos cinco municípios norte-rio-grandenses: Brejinho, Caiçara do Rio do Vento, Parnamirim, Mossoró e Natal.

Passamos a apresentar, os relatos e as narrativas a respeito do que foi o Projeto Agente Jovem para os seus egressos e egressas. Suas expressões e suas formas de pensamento acerca dos conhecimentos e saberes que receberam do Projeto em apreço, foram aqui fielmente transcritas:

O Projeto foi pra mim um passatempo. Porque naquele tempo a gente não tinha quase nada para comer [...] tinha muita seca por aqui. Quase não chovia [...] em Riachuelo. Aí não tinha nem uma plantação de feijão pra nós apanhar. Aí o Agente Jovem vêi na hora certa pra dar aquela bolsa de 65 reais que dava pra comprar umas coisinhas pra mim e meus irmãos (**egresso agente jovem feminino 10**).

Vixe, foi bom demais naquele tempo, a gente aprendeu muito, aprendemos até a cuidar da nossa saúde. E ainda tinha uma camisa e um dinheirinho que eu dava a mãe pra comprar as coisas pra gente comer (**egresso agente jovem masculino 1**).

Ah professor, não lembro mais é nada, homi! Sei que estudei com o senhor. Recibia uma mesada [risos]. E fiz muitas amizades lá (**egresso agente jovem masculino 2**).

Olhe, professor! Se eu tivesse prestado atenção no que era ensinado alí, eu hoje não tinha essa ruma de meninos [cinco]. “Professor, dá tanto trabalho! Minha sorte é o Bolsa Família, se não a gente tudim passava fome. Porque meu marido quase não arranja serviço” (**egresso agente jovem feminino 4**).

É possível identificar a emoção, através dos fatos narrados sobre o tempo em que participaram do Projeto Agente Jovem, assim como as contribuições que receberam, das amizades que ali foram alicerçadas, dos ensinamentos que construíram juntamente aos monitores, das experiências não remuneradas nas repartições públicas por onde passaram.

Professor, foi bom demais! Só o senhor falando aí, da vontade de chorar! Aquele tempo era bom. Mesmo a gente vivendo aquelas dificuldades que tinha, né?! Mas, foi bom. Aprendi um *bucado* de coisas (**egresso agente jovem masculino 9**).

Eu não vou mentir não! Não aprendi quase nada. Eu quase num termino o segundo grau. Mas, me lembro quando eu ia pra lá (projeto Agente Jovem). Eu arengava pouco, viu! Tinha uns boys lá, que era malicioso, gostava de arengar, queria brigar! Mas foi bom. Foi muito bom (**egresso agente jovem masculino 6**).

Eu aprendi foi muito. Porque tudo nos leva para aprender alguma coisa. Ali foi onde eu pude pensar numa profissão. E hoje, sou técnica de enfermagem, já tenho meu primeiro filho [uma menina]. E ainda penso em fazer uma faculdade de enfermagem (**egresso agente jovem feminino 3**).

Rapaz, o que eu posso dizer é que naquele tempo eu aprendi algumas coisas, respeitar as pessoas e o próximo também. E foi assim que consegui terminar meu ensino médio. Cheguei a iniciar uma faculdade, mas, não continuei. E ter conseguido aquela vaga naquele tempo, foi bom demais. É isso que tenho a dizer (**egresso agente jovem masculino 12**).

Mas, também recordaram a falta de atenção que os governantes e o próprio mercado de trabalho tiveram para com eles, durante o seu desligamento do Projeto Agente Jovem, no momento em que precisaram participar das seleções de emprego, onde a carteira profissional precisava ser assinada, era exigido o tempo de experiência na função pretendida, além de saberes que o próprio projeto não havia ajudado a construir durante a capacitação profissional.

O projeto era para ter sido melhor! Mas, botaram a gente pra trabalhar no posto de saúde de atendente e não pagava nada. A gente só recebia aquela mixaria mesmo [65 reais]. E ainda levava carão das bicha veia de lá. Mandava mais do que a mulesta! (**egresso agente jovem feminino 21**).

Professor, o projeto foi um tempo muito bom. Mas, ali só entrava quem eles queria. Quando eu saí do projeto, a pobre da minha irmã lutou tanto pra entrar e nunca conseguiu. Sabe por quê? Eles botavam por cara! (**egresso agente jovem feminino 13**).

Os sujeitos desta pesquisa foram os jovens adolescentes, além de agentes jovens foram, acima de tudo, componentes do setor juvenil. A ideia de jovem é construída social e culturalmente e, portanto, muda conforme o contexto histórico, social, econômico e cultural. Não se pode conceber, pois, uma juventude, mas juventudes. As diferentes situações existenciais dos sujeitos permitem a construção de concepções diversificadas de jovem ou de juventude (SPOSITO, 2002).

A compreensão de juventude tem vacilado entre duas tendências: a primeira é aquela que toma a juventude como um conjunto social cujo atributo principal é ser constituído por indivíduos pertencentes a uma determinada fase da vida (tendência geracional que homogeneiza). E a segunda, que define a juventude como um conjunto social necessariamente

diversificado, abrange diferentes culturas juvenis decorrentes de diferentes pertencimentos de classe, com diferentes parcelas de poder, com diferentes interesses ou diferentes situações econômicas (GOMIDE, 2003).

Estudos sociológicos têm mostrado que a juventude depende de dinheiro e de tempo – de uma moratória social – para viver um período mais ou menos longo com relativa despreocupação e isenção de responsabilidades. Esse tempo legítimo, proporcionado pela família, é aquele dedicado a estudar e a se capacitar e durante o qual a sociedade os brinda com uma especial tolerância. É um período de permissividade e legitimidade (SOLA, 2002). Sobre isso vejamos o que dizem alguns egressos do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em Riachuelo – RN:

Homi, o mais importante hoje é dinheiro, sim. Sem dinheiro, nós num é nada. Eu digo ao senhor que se naquele tempo do Agente Jovem não tivesse a bolsa dos 65 reais, num ia ninguém praquelas aulas, não. Agora, claro que a gente queria um emprego, sim senhor. Mas, sem incentivo ninguém ia, homi (**egresso agente jovem masculino 34**).

Eu só quero conhecer, professor, quem é que vive nesse mundo sem dinheiro, e ainda digo mais, sem namorar! Eu sei que tem os padres, né, professor [risos], só eles mesmos, mas também não vive sem dinheiro (**egresso agente jovem feminino 51**).

Sobre o desemprego e as crises econômicas, Oliveira (2013), afirma que o capital proporciona, muitas vezes o tempo livre aos jovens adolescentes das classes populares, essas circunstâncias não levam à moratória social. Esse tempo livre se constituiu com frustração, infelicidade, impotência, culpabilização, sofrimento e mais pobreza.

Sobre essa questão de desemprego professor, pode crer, que é uma desgraça! Como é que a gente pode viver sem trabalho? O desemprego é grande. A gente só pode vencer na vida se não tiver desemprego (**egresso agente jovem masculino 84**).

Esse tempo livre, que na verdade exclui, tem conduzido tais jovens adolescentes à criminalidade. Margulis (2008) aborda, também, a moratória vital. O autor a considera uma espécie de complemento do conceito de moratória social.

Os crimes, professor, só acontecem porque o governo não dá trabalho. Eles só querem pra eles e as famílias deles. Por isso, o mundo tá cheio de marginal. E a criminalidade não pode acabar se não houver trabalho pra nós que estamos desempregados (**egresso agente jovem masculino 44**).



Conclui-se que essa ação moratória foi considerada vital, e foi o crédito temporal para esses jovens adolescentes. Essa moratória foi identificada no Projeto Agente Jovem, movendo os jovens adolescentes a buscar uma oportunidade para conseguir sua inclusão na sociedade do mercado de trabalho formal, muito embora tenham sido alcançados pela necessidade de sobreviver do trabalho informal.

Essa sensação e essa forma de querer se situar no mundo do trabalho formal, se associa com a falta de temeridade de alguns atos gratuitos, com condutas autodestrutivas que colocam em risco a saúde mental e social que eles julgam inesgotável, com a audácia de mergulhar nos desafios da vida e, com a exposição em que se confrontam com a contrariedade dessas políticas públicas que prometem o acesso ao mercado de trabalho formal e deixaram essa juventude aos laços do trabalho informal.

Sobre essa moratória é que os jovens adolescentes do Projeto Agente Jovem riachuelense, foram alcançados pela informalidade do trabalho, passando a ocupar, logo que foram desligados do projeto, as profissões de: lavadores de carros nos pequenos lava-jatos, vaqueiros nas fazendas de pequeno porte, domésticas nas residências da capital Natal, embaladores em supermercados, vendedores de cocadas, castanha de caju, milho cozido e feijão-verde às margens da rodovia federal – BR 304, além de agricultores e ajudantes de pedreiro (RIACHUELO, 2006).

Ademais, uma significativa parcela das mulheres egressas do Projeto referido se encontraram na informalidade do trabalho como vendedoras, representantes de produtos de beleza, cosméticos das revistas Hermes e Avon, além de sobreviverem da movimentação comercial de sacoleiras, apresentando e vendendo roupas íntimas para homens e mulheres.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço deste estudo foi empreender uma análise sobre a aplicação do Projeto Agente Jovem na cidade de Riachuelo – RN, enquanto uma medida governamental responsável por compensar déficits gerados para jovens adolescentes em estado de vulnerabilidade, pobreza e risco social.

O Projeto se constituiu em uma proposta que tinha como objetivos inserir os egressos em postos de trabalhos formais e, por sua vez, garantir renda, porém ficou muito distante disso. Os jovens da cidade de Riachuelo – RN, mesmo passando por cinco edições do Projeto, não conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal. Com efeito, sobrevivem de subempregos ou vivenciam situações de informalidade. O sonho desejado de se emancipar por meio da inserção do mercado de trabalho formal ficou à deriva para todos os beneficiários do projeto na realidade analisada.

Em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo no qual a qualificação profissional tornou-se um mantra como meio de garantir a empregabilidade dos excluídos, faz-se necessário um melhor conhecimento sobre a realidade de cada cidade para a partir daí se construir propostas de qualificação profissional para a juventude condizente com as potencialidades de cada município, sobretudo, no tocante ao mercado de trabalho formal.

Para além disso, os cursos, minicursos e oficinas oferecidos têm que ser formatados levando em consideração as competências e habilidades demandadas por um mercado de trabalho cada vez mais complexo e heterogêneo. Pode-se afirmar que esses critérios são indispensáveis para que a juventude beneficiária se coloque em condições potenciais de concorrer a uma vaga no mercado de trabalho.

Dessa forma, é possível admitir que a política de qualificação para a juventude vulnerabilizada, especificamente o Projeto Agente Jovem na cidade de Riachuelo – RN, não contribuiu, de acordo com sua configuração, para a inserção dos egressos no mercado de trabalho formal. As oficinas e os cursos ofertados não foram suficientes para reduzir o nível de vulnerabilidade ao desemprego dos beneficiários, tampouco contribuir com a garantia de uma renda fixa para que eles pudessem sobreviver em sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. **O adolescente e a liberdade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. p. 102.
- ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p. 25-36, maio-dez. 1997 (Número especial sobre Juventude e Contemporaneidade).
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. p. 07.
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 115.
- BERNAL, Elaine Maria Bueno. **Arquivos do abandono**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 118.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História do menino que lia o mundo**. Porto Alegre: Pronera, 2001. p. 51.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Do Brasil, 1988. p. 112.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Serviço Militar**, Brasília: 2020.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Projeto Soldado-Cidadão**. Portaria Normativa nº 1.259/MD, de 19 de outubro de 2004, Brasília: 2004.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social. **Projeto Centro da Juventude**. Portaria Ministerial nº 879, de 03 de dezembro de 2001, Brasília: 2001.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social/Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. **Emenda Constitucional nº 20/1998**, Brasília: 2000a.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social/**Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano**. Guia de Orientação para Gestores, Brasília: 2000b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança/ Projeto Minha Gente. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Lei nº 8.069/90, Brasília: 1991.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Jovem Empreendedor**. Resolução nº 339, de 10 julho de 2003, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), Brasília: 2003.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE**. Lei nº 10.748/2003, Brasília: 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Projeto Consórcio Social e Juventude Cidadã**. Lei nº 11.107/2005, Brasília: 2005.

BRASIL. Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem**. Conselho Nacional da Juventude – CNJ. Secretaria Nacional de Juventude, Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.429, de 24 de abril de 2002, Brasília: 2005.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Juventudes desesperadas, gerações perdidas: duas dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro. In: ALVES, Giovanni; ESTANQUE, Elisio. (org.). **Trabalho, juventude e precariedade: Brasil e Portugal**. Bauru: Canal 6, 2012. v. 1. p. 65-97.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti; SILVA, Ana Amélia da. A Política Nacional de Trabalho para a Juventude em sua Primeira Infância: notas para uma avaliação preliminar sobre o Programa Primeiro Emprego (2003-2007). **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 79-103, jul./dez. 2006.

DIAS, Ana Patrícia. Trabalho, precarização e qualificação profissional. In: ALVES, Ana Elizabeth Santos; LIMA, Gilneide de Oliveira Padre; CAVALCANTI JR., Manoel Nunes (org.). **Interfaces entre história, trabalho e educação**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Vozes, 1992. p. 11.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 64-110.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999a. p. 27.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

FREITAG, Bárbara. **Sociedade e consciência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 118.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação: o presente e o futuro interditados ou em suspenso**. S/d. Disponível em: <http://www.univos.com/educacao23.html>. Acesso em: 31 dez. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 55.

GERMANO, José Willington. Cidadania negada: a educação como instrumento de combate a pobreza no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, (52), p. 584-590, dez. 1997.

GOMIDE, Paula. **Menor infrator: a caminho de um novo tempo**. Curitiba: Juruá, 2003. p. 15.

GONZALES, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abraão de; AQUINO, Luseni Maria de C.; ANDRADE, Carla Coelho de (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MANFREDI, S. M. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 64, p. 13-49, set. 1998.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud és mas que una palabra. In: **Cultura e juventude**. Buenos Aires: Biblos, 2008. p.13-30.

NOVAES, R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos: sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial: Ciência e Vida**, São Paulo: academia.edu, 2007. p. 01-09.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **Filhos da precarização social do trabalho no Brasil: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. p. 230.

PAUGAM, Serge. Abordagem sociológica da exclusão. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (ed.). **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999.

POCHMANN, Marcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 57.

PRATES, Flávio Cruz. **Adolescente infrator**. Curitiba: Juruá, 2005. p. 41.

RIACHUELO. Prefeitura Municipal de Riachuelo. **Diagnóstico Social**. Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social. Projeto Agente Jovem (2001-2005), Riachuelo, RN, 2006.

SALES, Francisco. **PLANFOR: política compensatória para a “inclusão” na informalidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 127.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 285.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, José Humberto da Silva. **Os filhos do desemprego: jovens itinerantes do primeiro emprego**. Brasília: Líber Livro, 2009.

SOLA, Lourdes. Juventude, comunidade política e sociedade civil. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 2002. p. 753-768.

- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Políticas sociais brasileiras**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 42.
- SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e escolarização** (1980/1998). Brasília: MEC/INEP/Comped (Estado do Conhecimento, 7), 2002.
- SUPLICY, Marta. Adolescência. In: **Conversando sobre sexo**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 61-67.
- TAKEUTI, Norma Missae. **No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis**. Natal: Relume Dumará; UFRN, 2002. p. 206.
- VOLPI, M. O adolescente e o ato infracional. In: **Liberdade assistida**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p.14.
- VYGOTSKY. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos Psicológicos Superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 144.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

## ANEXOS

## ANEXO A – MODELO DE EDITAL DO PROJETO DE FORMAÇÃO DE AGENTES

## ANEXO I

Modelo de Edital do Projeto de Formação de  
Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano**1. Objetivo**

Organizar processo de formação e intervenção de X jovens, moradores de comunidades empobrecidas de XXXX, visando à formulação de ações de desenvolvimento social integrado, definindo ou não comunidade

**2. Requisitos do candidato**

- 2.1. Ser alfabetizado
- 2.2. Estar na faixa etária de 15 a 17 anos
- 2.3. Ser morador da comunidade

**3. Duração do Projeto: 12 meses, contendo capacitação e atuação****4. Termo de compromisso**

Todos os alunos assinarão um termo de responsabilidade ao iniciarem o curso, declarando seu compromisso de permanecer no curso e de atuar na sua comunidade.

**5. Bolsa**

Os alunos receberão R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), a título de bolsa.

**6. Divulgação nas comunidades**

As fichas de inscrição estarão à disposição dos interessados nos lugares de visibilidade no município

**7. Seleção**

Constará das seguintes atividades obrigatórias:

- 1ª fase eliminatória: conferência de todos os documentos (fixar data);
- 2ª fase: seleção dos candidatos (fixar data). Entrevistas, realizada por profissionais que considerarão em encontros individuais o interesse dos jovens em questão

**8. Divulgação do resultado dos selecionados**

## ANEXO B – MODELO DE FICHA CADASTRAL

**ANEXO II**

**MODELO DE FICHA CADASTRAL**

**Dados Pessoais:**  
 Nome: \_\_\_\_\_  
 Data de Nascimento: \_\_\_\_\_  
 Residência: \_\_\_\_\_  
 Filiação: Pai ou responsável: \_\_\_\_\_  
 responsável: \_\_\_\_\_

**Documentação:**  
 Registro de Nascimento: \_\_\_\_\_  
 Carteira de Identidade : \_\_\_\_\_ Órgão expedidor: \_\_\_\_\_  
 Título de Eleitor: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_

**Condição Escolar:**  
 Escolaridade: \_\_\_\_\_  
 Motivo da não permanência na escola: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Histórico:**  
 1) Condições Econômicas  
 Condições de emprego do pai/responsável:  
 Condições de emprego da mãe/responsável:  
 Renda familiar mensal:  
 Exerce ou exerceu alguma forma de trabalho? Sim Não  
 Qual? \_\_\_\_\_

2) Atividade de lazer e ocupação  
 Esporte - Especificar: \_\_\_\_\_  
 Cultura - Especificar: \_\_\_\_\_  
 Outras - Especificar: \_\_\_\_\_

21



1) Participação

Participa ou participou de algum movimento jovem? Sim Não  
Qual? \_\_\_\_\_

Se não mais participa, por que se retirou? \_\_\_\_\_

Forma de Atuação: Saúde      Cidadania      Meio Ambiente  
Horário Disponível: \_\_\_\_\_

Depoimentos relevantes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**ANEXO III**

Modelo do Plano de Ação e  
Instruções para o preenchimento

## ANEXO C – DADOS PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL



## ANEXO I

| PLANO DE AÇÃO                              |   |                                  |                | FOLHA 1               |          |
|--|---|----------------------------------|----------------|-----------------------|----------|
| <b>1 - DADOS CADASTRAIS</b>                |   |                                  |                |                       |          |
| ÓRGÃO PROPONENTE                           |   |                                  |                | UF                    | CGC/CNPJ |
| ENDEREÇO                                   |   |                                  |                |                       |          |
| CIDADE                                     | UF  | CEP                              | DDD/FONE       | FAX                   |          |
| NOME DO RESPONSÁVEL                        |   |                                  |                |                       | CPF      |
| CARTEIRA IDENTIDADE                        | ÓRGÃO EXP   | CARGO                            |                |                       |          |
| ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL                    |   |                                  |                | CEP                   |          |
| <b>2 - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO</b>            |   |                                  |                |                       |          |
| IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO                    |   |                                  |                | PERÍODO DE EXECUÇÃO   |          |
| Serviços de Ação Continuada - Agente Jovem |   |                                  |                | INÍCIO                | TÉRMINO  |
|  |   |                                  |                |                       |          |
| <b>3 - PLANO DE APLICAÇÃO</b>              |   |                                  |                |                       |          |
| NATUREZA DA DESPEZA                        |   |                                  |                |                       |          |
| CÓDIGO                                     | ESPECIFICAÇÃO   | SERVIÇO                          | VALOR/MÊS/FNAS | CONTRAPARTIDA/PARCELA |          |
| 33.40.41                                   | despesas correntes (custeio) / transferência a municípios/contribuições | BOLSA AGENTE JOVEM (PARCELA/MÊS) |                |                       |          |
|  |   | BOLSA ORIENTADOR (PARCELA/MÊS)   |                |                       |          |
|  |   | CAPACITAÇÃO (2 PARCELAS/ANO)     |                |                       |          |

DECLARO QUE FAREI CUMPRIR COM O DISPOSTO NA PORTARIA QUE ESTABELECE ESTE PLANO DE AÇÃO

|                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|
| ASSINATURA DO CONCEDENTE | ASSINATURA DO PROPONENTE |
|--------------------------|--------------------------|

MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL  
4 - APOIO FINANCEIRO DA UNIAO NO CO-FINANCIAMENTO DOS SERVICOS ASSISTENCIAIS  
4.1 - REDE PRESTADORA DE SERVICOS



UF: \_\_\_\_\_  
MUNICIPIO: \_\_\_\_\_  
ANO: \_\_\_\_\_ PLANO: \_\_\_\_\_  
SERVICO: AGENTE JOVEM

| ENTIDADE | CNPJ | BANCO | AGENCIA | C. CORRENTE | METAS | MODALIDADE DE ATENDIMENTO | VALOR/PARCELAS/INIAS |
|----------|------|-------|---------|-------------|-------|---------------------------|----------------------|
|          |      |       |         |             |       | BOLSA AGENTE JOVEM        |                      |
|          |      |       |         |             |       | BOLSA ORIENTADOR          |                      |
|          |      |       |         |             |       | CAPACITACAO               |                      |
|          |      |       |         |             |       | TOTAL                     |                      |

ASSINATURA DO PREFEITO

1. DADOS CADASTRAIS  
ORGAO  
(Ex: Prefeitura Municipal de...)  
UF: ...  
Cidade: ...  
CEP: ...  
Nome do Território: ...  
Nome do Município: ...  
Nome do Estado: ...

## ANEXO D – PLANO DE AÇÃO

**AGENTE JOVEM – SAC**

**INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO**

**ANEXO I - PLANO DE AÇÃO**

**1- DADOS CADASTRAIS**

- **ÓRGÃO PROPONENTE:** nome da Prefeitura/Estado;  
(Ex.: Prefeitura Municipal de IBIRÁ)  
Governo de SÃO PAULO
- **UF:** sigla da Unidade Federativa a qual pertence o município/Estado;
- **CGC/CNPJ:** número de inscrição da Secretaria de Fazenda ou Administração da Prefeitura no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, ou seja, o número cadastrado no Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal- SIAFI;
- **ENDEREÇO:** endereço da Prefeitura/sede do Governo compreendendo rua, avenida, complemento, número, andar, bairro e cep;
- **CIDADE:** nome da cidade sede da Prefeitura/Governo;
- **UF:** sigla da Unidade Federativa;
- **CEP:** Código de Endereçamento Postal da Prefeitura/Estado ( 8 dígitos);
- **DDD/FONE:** número do código de área e o do telefone da Prefeitura/Governo;
- **FAX:** número do FAX da Prefeitura Municipal/Governo;
- **NOME DO RESPONSÁVEL:** nome completo do Prefeito/Governador;
- **CPF:** Cadastro de Pessoas Físicas do Prefeito/Governador;
- **CARTEIRA DE IDENTIDADE:** RG/CI (Registro Geral) do Prefeito/Governador;
- **ÓRGÃO EXPEDIDOR:** nome da instituição que expediu a Carteira de Identidade;
- **CARGO:** Prefeito/Governador;
- **ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:** endereço residencial do Prefeito/ Governador;

25

- CEP: Código de Endereçamento Postal da residência do Prefeito/Governador.

## 2- DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

- IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: **Escrever** → Serviços de Ação Continuada e **quais dos serviços abaixo a Prefeitura/Governo atende com recurso federal:**

SAC – Agente Jovem

- PERÍODO DE EXECUÇÃO:

### **INÍCIO:**

- **No caso de Prefeituras:** mês subsequente ao final do convênio anterior.  
Ex. término do convênio anterior - Fev/01  
início do SAC – Agente Jovem – Mar/01

### **Término:**

- **Prefeituras e Governo de Estados:** escrever dezembro, e no caso daqueles Municípios que mudarem de gestão durante o ano de 2001, deverão marcar o mês de referência relativo ao último recurso recebido.

## 3- PLANO DE APLICAÇÃO

- **NATUREZA DA DESPESA**

### **Para Prefeituras**

- **CÓDIGO:** escrever → **33.40.41**
- **ESPECIFICAÇÃO:** escrever → “despesas correntes (custeio) / transferência a municípios/contribuições”

### **Para Governo de Estados:**

- **CÓDIGO:** escrever → **33.30.41**

- **ESPECIFICAÇÃO:** escrever → "despesas correntes (custeio)/transferência a estados/contribuições";

**Para Prefeituras e Governo de Estados:**

- **VALOR/MÊS/FNAS:** o valor repassado pelo FNAS a cada mês na frente do serviço atendido pela Prefeitura/Governo com recurso federal, calculado com base na seguinte per capita:

**Bolsa Agente Jovem** – R\$ 65,00/ mês

**Bolsa Orientador Social** – R\$ 8,00/mês

**Capacitação** – R\$ 124,00/ano

- **CONTRAPARTIDA:** o valor da contrapartida correspondente ao recurso repassado a cada mês pelo FNAS à Prefeitura/Governo no percentual previsto pela lei de diretrizes orçamentárias ( 10%, 20% ou no caso de municípios da comunidade solidária 0%);

- **TOTAL:** a soma da coluna **VALOR/MÊS/FNAS** e a soma da coluna **CONTRAPARTIDA**;

**EXEMPLO:** para prefeituras com 10% de contrapartida e com 1 turma de 25 jovens.

| 3 – PLANO DE APLICAÇÃO |   |                                  |                |               |
|------------------------|---|----------------------------------|----------------|---------------|
| NATUREZA DA DESPEZA    |   | SERVIÇO                          | VALOR/MÊS/FNAS | CONTRAPARTIDA |
| CÓDIGO                 | ESPECIFICAÇÃO   |                                  |                |               |
| 33.40.41               | despesas correntes (custeio)/transferência a municípios/contribuições | Bolsa Agente Jovem (parcela/mês) | 1.625,00       | 162,50        |
|                        |   | Bolsa Orientador (parcela/mês)   | 200,00         | 20,00         |
|                        |   | Capacitação (2 parcelas/ano)     | 1.550,00*      | 155,00        |

\* Cálculo da parcela de capacitação: R\$ 124,00 x nº de Jovens / 2 = valor de uma parcela.

- **ASSINATURA DO CONCEDENTE:** → deixar em branco;
- **ASSINATURA DO PROPONENTE:** → o Prefeito deverá assinar.

**4 - APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO NO CO-FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS**

**4.a REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS**

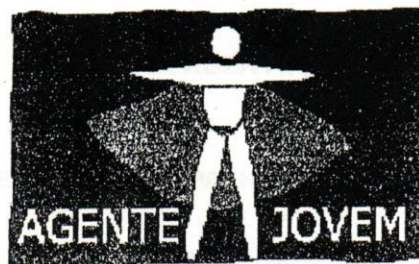
- **UF:** a sigla do Estado ao qual pertence o Município;
  - **MUNICÍPIO:** o nome do Município;
  - **ANO:** escrever → 2001;
  - **PLANO:** deixar em branco, ou no caso dos instrumentais gerados pelo SIAFAS, o número já virá preenchido automaticamente.
- 
- **ENTIDADE:**
    - ♦ Se o serviço for prestado diretamente pela Prefeitura/Governo, a linha deverá ser preenchida com → **Prefeitura Municipal de ... (execução direta);**
    - ♦ Se o serviço for prestado só ou também por entidades conveniadas com a Prefeitura/Governo, cada linha deverá ser preenchida com o nome de cada entidade;
  - **CNPJ:** o número do CNPJ/CGC da Entidade listada nesta linha;
  - **BANCO:** nº do banco cuja conta corrente será de uso exclusivo para o recebimento do recurso da verba federal. Somente poderá ser Banco do Brasil nº 001;
  - **AGÊNCIA:** número da agência bancária;
  - **CONTA CORRENTE:** o número da conta corrente específica para o recebimento do recurso federal para o programa especificado;
  - **MODALIDADE DE ATENDIMENTO:** Colocar na linha correspondente a cada entidade, a modalidade de atendimento praticada;
  - **METAS:** o número de pessoas a serem atendidas a cada mês, com o recurso federal;
  - **VALOR/MÊS/FNAS:** o resultado da multiplicação das metas pelos percapitas;
  - **TOTAL:** a soma das metas e a dos valores. Note-se que o valor total/mês/FNAS deverá ser o mesmo valor/mês/FNAS referente ao campo PLANO DE APLICAÇÃO, na FOLHA 1.

Por exemplo:

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA  
SOCIAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL

ANEXO E – INSTRUMENTAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

**INSTRUMENTAL DE  
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**



**DO PROGRAMA AGENTE JOVEM DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO**





Estado do Rio Grande do Norte  
 Secretaria de Estado da Ação Social – SEAS  
 Fundação Estadual da Criança e do Adolescente – FUNDAC  
 Coordenação do Programa Agente Jovem



## PROGRAMA AGENTE JOVEM

### INSTRUMENTAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano tem sua importância na medida que, além de avaliar os ganhos quantitativos e o alcance social do Programa, é um procedimento que permitirá aos gestores e executores a correção de rumos, objetivando o aprimoramento do mesmo.

#### I. PÚBLICO-ALVO

Metas pactuadas: 25

| Idade   | Quantidade | Masculino | Feminino |
|---------|------------|-----------|----------|
| 15 anos |            |           |          |
| 16 anos |            |           |          |
| 17 anos |            |           |          |
| Total   |            |           |          |





**Integração com outras Políticas Sociais e parcerias estabelecidas**

- Quem são os parceiros existentes e sua contribuição para o projeto.
- Quais as estratégias que estão sendo desenvolvidas para estabelecer novas parcerias e integrações necessárias, com o setor público, empresarial e comunitário.

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 200\_\_\_\_\_.

**Equipe de Coordenação Municipal**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Responsável pelas informações**

\_\_\_\_\_  
**Responsável pela Supervisão**

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA



Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
Departamento de Políticas Públicas – DPP  
Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais – PPEUR  
**EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO  
PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO**  
Pesquisador – Responsável: Paulo César do Nascimento  
Pesquisador – Orientador (a): Ana Patrícia Dias Sales

#### **FORMULÁRIO – ENTREVISTA Nº.....**

Nome do entrevistado(a): .....

01 – O que foi o Projeto Agente Jovem para você?

02 – O Projeto Agente Jovem contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho?

03 – A capacitação profissional oferecida pelo Projeto Agente Jovem ofereceu, de fato, as ferramentas para que você superasse as exigências do mercado de trabalho, após seu desligamento?

04 – O pagamento da bolsa mensal de 65,00 R\$ (sessenta e cinco reais), à juventude inscrita no Projeto Agente Jovem, teve alguma importância para você?

05 – Você pode dizer o que é o desemprego, e por que ele acontece?

06 – Como você avalia o envolvimento da juventude com a criminalidade?

07 – Você pode definir como foi cuidado(a), preparado(a) pela equipe pedagógica do Projeto Agente Jovem no sentido de ser reinserido na sociedade?

APÊNDICE B – TERMOS DE AUTORIZAÇÃO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
 Departamento de Políticas Públicas – DPP  
 Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais – PPEUR  
**EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO  
 PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO**



Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu Alexander Luciano da Silva, CPF 056.625.804-85  
 RG 1892686, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos  
 metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade  
 do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento  
 Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores  
 (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da  
 pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO  
 SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE  
 TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento  
 sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou  
 depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e  
 transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,  
 obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e  
 adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos  
 idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto  
 N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 12 de dezembro de 20 20

[Assinatura]  
 Pesquisador Responsável pelo Projeto

Alexander Luciano da Silva  
 Participante da Pesquisa



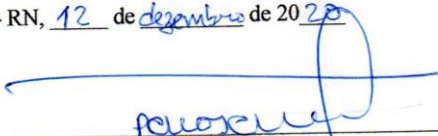
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN


**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu CRISTIAN DAVID DA SILVA FELICIANO, CPF 059.343.844-22  
RG 002347860, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos  
 metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade  
 do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento  
 Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores  
 (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da  
 pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO  
 SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE  
 TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento  
 sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou  
 depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e  
 transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,  
 obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e  
 adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos  
 idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto  
 N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 12 de dezembro de 2020

  
 Pesquisador Responsável pelo Projeto

  
 Participante da Pesquisa



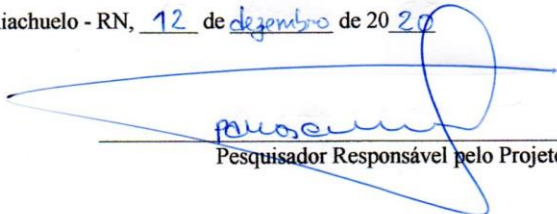
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu CRISTIANO TOMAZ CRISPIM, CPF 071.947.114-19  
RG 002.351.798, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 12 de dezembro de 20 20

  
\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável pelo Projeto

CRISTIANO TOMAZ CRISPIM  
\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa





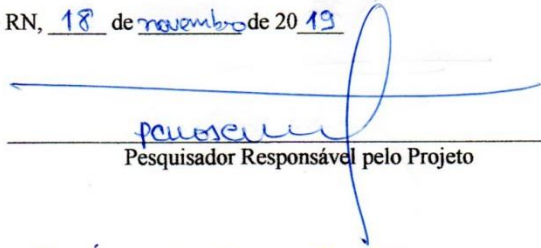
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu DANIELE BARBOSA DANTAS, CPF 091.757.404-43  
 RG 2470805, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos  
 metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade  
 do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento  
 Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores  
 (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da  
 pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO  
 SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE  
 TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento  
 sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou  
 depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e  
 transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,  
 obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e  
 adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos  
 idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto  
 N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 18 de novembro de 20 19

  
 Pesquisador Responsável pelo Projeto

  
 Participante da Pesquisa



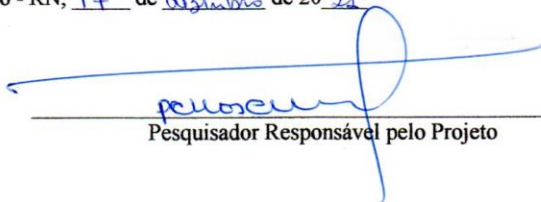
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu JADILMA BARBOZA SERINO MACEDO, CPF 065.78940148, RG 2470810, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 17 de dezembro de 20 21

  
\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável pelo Projeto

Jadilma Barboza Serino Macedo  
\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa



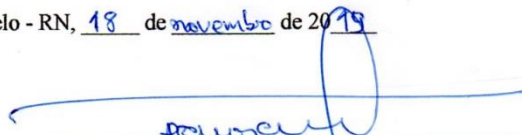
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu JOSE FAGNER DA SILVA, CPF 058.980.694-70, RG 2271533, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 18 de novembro de 2019

  
 \_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável pelo Projeto

  
 \_\_\_\_\_  
 Participante da Pesquisa



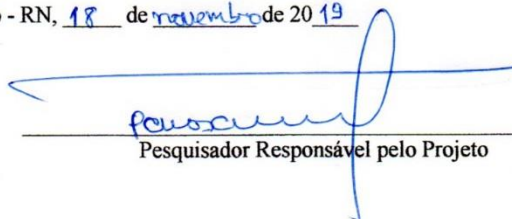
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu JULIANA ACIOLE DA SILVA PEREIRA, CPF 058-643-404-64, RG 2.356.124, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILIAADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 18 de novembro de 20 19

  
 \_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável pelo Projeto

Juliana Aciole da Silva Pereira  
 \_\_\_\_\_  
 Participante da Pesquisa



Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu LAUDICEIA SABINO DE O. CATÃO, CPF 076.874.544-64  
 RG 009.900.522 depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos  
 metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade  
 do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento  
 Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores  
 (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patrícia Dias Sales – Orientadora da  
 pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILIAADOS? UM ESTUDO  
 SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE  
 TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento  
 sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou  
 depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e  
 transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,  
 obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e  
 adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos  
 idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto  
 N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 18 de novembro de 20 19

Paulo César do Nascimento  
 Pesquisador Responsável pelo Projeto

Laudiceia Sabino de Oliveira Catão  
 Participante da Pesquisa



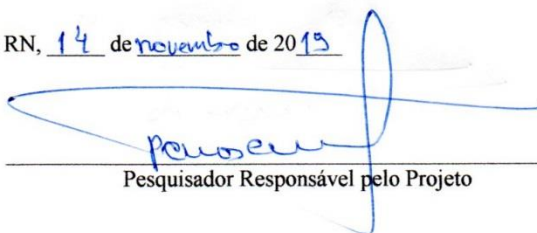
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu MARIA CLENILDA DA SILVA, CPF 065.256.684-76  
RG 002.354.096, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILIADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 14 de novembro de 2015



\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável pelo Projeto



\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa



Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu MARIA FLAVIANA DA SILVA, CPF 066.439.444-27,  
 RG 002.560.045, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos  
 metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade  
 do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento  
 Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores  
 (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patrícia Dias Sales – Orientadora da  
 pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO  
 SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE  
 TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento  
 sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou  
 depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e  
 transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,  
 obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e  
 adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos  
 idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto  
 N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 12 de novembro de 20 19

\_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável pelo Projeto

\_\_\_\_\_  
 Participante da Pesquisa



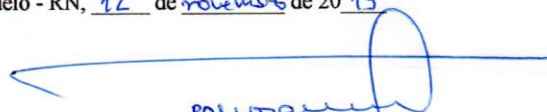
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu MARIA JOSÉ MEDEIROS CANDIÃO, CPF 066.439.424-89  
 RG 002.560.451, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos  
 metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade  
 do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento  
 Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores  
 (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da  
 pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO  
 SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE  
 TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento  
 sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou  
 depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e  
 transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,  
 obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e  
 adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos  
 idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto  
 N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 12 de novembro de 20 19

  
 \_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável pelo Projeto

Maria José Medeiros  
 \_\_\_\_\_  
 Participante da Pesquisa





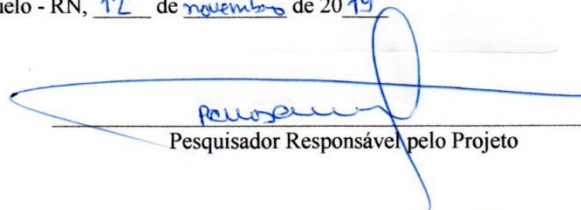
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

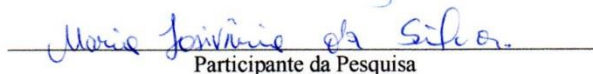
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu MARIA JOSIVÂNIA DA SILVA, CPF 058.639.504-04  
RG 002.351.797, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 12 de novembro de 2019

  
\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável pelo Projeto

  
\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa



Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

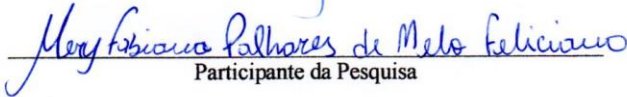
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu MERY FABIANA PALHARES DE MELO FELICIANO, CPF 068.613.634-99  
RG 002.470.807, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 08 de novembro de 20 19

  
\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável pelo Projeto

  
\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa



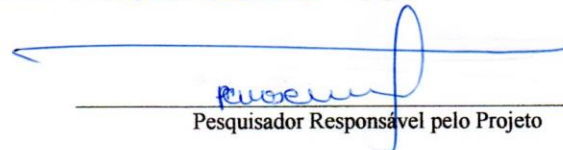
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu REGINA MARIA VIANA DE LIRA, CPF 050.407.584-56  
 RG 002.320.517, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos  
 metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade  
 do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento  
 Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores  
 (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da  
 pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILIADOS? UM ESTUDO  
 SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE  
 TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento  
 sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou  
 depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e  
 transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,  
 obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e  
 adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos  
 idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto  
 N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 08 de novembro de 20 19

  
 Pesquisador Responsável pelo Projeto

Regina Maria Viana de Lira  
 Participante da Pesquisa



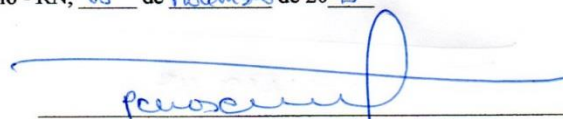
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN


**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu RICELLY CARDOSO DOS SANTOS, CPF 080.696.124-44  
 RG 002.470.803, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos  
 metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade  
 do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento  
 Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores  
 (Paulo César do Nascimento – Responsável e Ana Patricia Dias Sales – Orientadora da  
 pesquisa de mestrado intitulada “EMPREGADOS OU DESFILADOS? UM ESTUDO  
 SOBRE OS EGRESSOS DO PROJETO AGENTE JOVEM E O MERCADO DE  
 TRABALHO” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento  
 sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou  
 depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e  
 transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,  
 obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e  
 adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos  
 idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiências (Decreto  
 N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Riachuelo - RN, 08 de novembro de 20 19

  
 \_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável pelo Projeto

  
 \_\_\_\_\_  
 Participante da Pesquisa